



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021 SSPDF

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia para a execução de serviços de adaptação/adequação de ambiente, voltados à implantação de estúdio de gravação de produções audiovisuais, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública-FNSP. (Repetição do Grupo Único Deserto no Pregão Eletrônico nº 21/2021).	
<u>DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO</u>	
MODO DE DISPUTA: ABERTO CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO VALOR ESTIMADO: R\$ 76.321,79 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos). PROGRAMA DE TRABALHO: 06.181.6217.4220.0010 Unidade Orçamentária: 24101 NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 FONTE DE RECURSOS: 392018382	
<u>IMPORTANTE</u>	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 10/11/2021. PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ 10/11/2021. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ 17/11/2021. ABERTURA DAS PROPOSTAS ÀS: 10:00 horas, do dia 17/10/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10:00 horas do dia 17/10/2021.	

PROCESSO Nº 00050-00030483/2020-42

O Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, para a contratação do serviço especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado no DF pelo Decreto distrital nº 40.205/2019, pelas Leis do DF nº 4.611/2011 e 6.112/2018 (obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com o DF), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos distritais nº 36.520/2015, subsidiariamente, 35.592/2014 e 26.851/2006 e alterações posteriores, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, **além das demais normas pertinentes**, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado pela Portaria nº 141, de 1º de outubro de 2021, publicada no DODF nº 190, página 55, de 07 de outubro de 2021, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: receber, examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no endereço eletrônico www.ssp.df.gov.br/licitacoes.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação de ambiente, voltados à implantação de Estúdio de Gravação de produções audiovisuais, para Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), conforme especificações e demais informações constantes no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

1.2. As contratações visam o atendimento de demandas da SSP/SEGI/SUEGEP.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor estimado da licitação é de R\$ 76.321,79 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos), conforme se defere do item 5 do Termo de Referência, Anexo I ao presente Edital.

2.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; Programa de Trabalho nº: 06.181.6217.4220.0010 ; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e Fonte de Recursos: 392018382.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no portal ComprasGovernamentais (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e na página da SSPDF (www.ssp.df.gov.br/licitacoes), podendo, igualmente, ser obtidos diretamente na Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios (CLIC), sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília - DF, **somente em mídia digital**, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 08h00min às 18h00min mediante requerimento da Licitante interessada ao Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer CD/DVD ou pen-drive.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. A **impugnação ao presente Edital e seus anexos** deverá ser dirigida ao Pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail licitacoes@ssp.df.gov.br.

4.1.1. A impugnação deve estar devidamente identificada (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a impugnante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

4.1.2. Apresentada a impugnação, caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

4.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, podendo ser concedido o efeito suspensivo por ato do Pregoeiro, devidamente motivado nos autos do processo.

4.1.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.1.5 A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão.

4.2. Os **esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos** deverão ser envidados ao Pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail licitacoes@ssp.df.gov.br .

4.2.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão estar devidamente identificados (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a peticionante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

4.2.2. Apresentado pedido de esclarecimento, o Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante, decidirá sobre a petição, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

4.2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro diretamente aos peticionantes e serão divulgados a todos os interessados através do site **ComprasGovernamentais** (<https://www.gov.br/compras/pt-br> – no *link* correspondente a este Edital), e do site da SSPDF (www.ssp.df.gov.br/licitacoes) antes da abertura da sessão, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

4.4. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos Licitantes.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema **Comprasnet**, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI - ME, por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SSPDF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

6.1. Poderão participar deste Pregão as empresas **qualificadas como MEs / EPPs** interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

6.1.1. Que estejam devidamente credenciadas no sistema **Comprasnet**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, munidas de chave de identificação e de senha;

6.1.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto distrital nº 23.546/2003; ou

6.1.3. Que, cadastradas no SICAF, mas com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas as exigências do **item 14**, deste Edital.

6.2. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DO CONTRATO DELA DECORRENTE:

6.2.1. Servidor ou dirigente da SSPDF;

6.2.1.1. A vedação se aplica para as condições de proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio. (§ 1º do Art. 1º do Decreto nº 39.860/2019).

6.2.1.2. Aplica-se, ainda, aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratada, e ao agente público que, na condição referida, esteja licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

6.2.1.2.1. A vedação aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

6.2.1.2.2. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.2.2. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.2.3. As empresas:

6.2.3.1. Declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

6.2.3.2. Suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração do Distrito Federal, durante o prazo da sanção aplicada;

6.2.3.3. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

6.2.3.4. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

6.2.3.4.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

6.2.3.5. Submissas a concurso de credores;

6.2.3.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

6.2.3.7. Que conste da relação de inidôneos disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

6.2.3.8. Cujo estatuto ou Contrato social não incluam o objeto deste Edital;

6.2.3.9. Constituídas com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, observando o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados;

6.2.3.10. Isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.3.11. Cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

a) Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração pública distrital; ou;

b) Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação;

6.2.3.11.1. A vedação se aplica aos Contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

6.2.3.11.2. As vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas.

6.2.3.12. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

6.2.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.2.5. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o mesmo item.

6.3. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, incluído o regime de que trata o [art. 12 da citada Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.611/2011):

6.3.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.3.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.3.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.3.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.3.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.3.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.3.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.3.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.3.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.3.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação de empresa para a execução total ou parcial do objeto deste Pregão.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

8.1. Não se aplica a subcontratação compulsória, visto que **a licitação é exclusiva para MEs/EPPs**.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Após a divulgação do Edital, os Licitantes deverão encaminhar a **PROPOSTA INICIAL** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, consignando o **valor unitário e global**, bem como a descrição do serviço ofertado.

9.1.1. As propostas e os documentos de habilitação serão recebidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico **Comprasnet** (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.

9.2. No momento do envio da proposta e dos documentos de habilitação o Licitante deverá **declarar por meio do sistema eletrônico em campo específico:**

9.2.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

9.2.2. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.2.3. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

9.2.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

9.2.5. Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da SLTI/ME;

9.2.6. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, no caso das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP E Microempreendedores Individuais - MEI;

9.2.6.1. A assinalação do campo “não”, na Declaração constante do subitem **9.2.6**, apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais.

9.3. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão conferidas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

9.4. No caso de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante responderá administrativamente na forma do Decreto distrital nº 26.851/2006.

9.5. O **preço** proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. As propostas que contenham a descrição do serviço, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DAS CONDIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total para cada serviço cotado, em moeda corrente nacional;

10.1.2. Descrição detalhada do(s) serviço(s) cotado(s) de forma a demonstrar que atende as especificações constantes no Anexo I ao Edital;

10.1.3. Indicação, no que for aplicável, do prazo de garantia, do número do registro ou inscrição da proponente em órgão competente (fiscalização ambiental, etc), quando for o caso, entre outras.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente.

10.4. Deverá ser observado o Anexo III (Planilha de Formação de Preços) do Termo de Referência anexo a este Edital.

10.5. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

10.6. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante.

10.7. Ao cadastrar sua proposta no sítio do sistema **Comprasnet** o Licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**. Não serão aceitas descrições da proposta do tipo **“conforme Edital”**.

10.7.1. A Licitante que registrar no campo **“Descrição detalhada do objeto ofertado”** qualquer informação que venha a identificar sua razão social ou nome fantasia terá sua proposta desclassificada antes da disputa de lances.

10.8. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

11. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

11.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, apoiado pela Equipe de Apoio e por setores técnicos, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.2. A operacionalidade do sistema **Comprasnet** é de responsabilidade da SLTI/ME, junto a qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

11.3. A participação na licitação na forma eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da **PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

11.4. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

11.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11.7. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

11.8. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail;

11.10. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.11. Somente os Licitantes com propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da fase de lances.

12. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

12.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações e exigências mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).

12.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase competitiva.

12.4. Considerando a pequena quantidade de itens, sendo ele compilado em um grupo único, o modo de disputa será o ABERTO.

12.4.1. No modo de disputa ABERTO, a etapa de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

12.4.1.1. Durante a fase competitiva, as Licitantes deverão formular seus lances com um intervalo mínimo de diferença de R\$ 10,00 (dez reais).

12.4.1.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.4.2. Após o período inicial de 10 (dez) minutos, o período inicial será prorrogado automaticamente pelo sistema eletrônico **Comprasnet** quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.4.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem **12.4.2**, será de 2 (dois) minutos;

12.4.3.1. A prorrogação automática ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

12.4.3.2. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio Licitante, quando adotado o **julgamento pelo critério de menor preço**.

12.4.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens **12.4.2**, **12.4.3** e **12.4.3.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente.

12.4.5. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem vantajosidade em relação ao **menor preço**.

12.4.6. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema **Comprasnet**, na forma dos subitens **12.4.2**, **12.4.3** e **12.4.3.1**, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço estimado pela Administração, mediante justificativa.

12.5. Encerrada a fase competitiva, se o melhor lance não tiver sido ofertado por empresa qualificada como ME/EPP, o sistema selecionará todas as MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate ficto, observada a ordem de classificação, para a convocação para o desempate.

12.6. Na forma da Lei distrital nº 4.611/2011 e do Decreto distrital nº 35.592/2014 (art. 4º, § 3º), consideram-se empatadas as propostas de MEs / EPPs com valor igual ou até 5% superior à de **menor preço** ou as propostas com o percentual de desconto igual ou até 5% inferior à de **maior desconto**.

12.7. Constatada a existência de empate ficto, proceder-se-á a seguinte fase de desempate:

12.7.1. O sistema convocará a ME/EPP para, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta **obrigatoriamente mais vantajosa** que a proposta da primeira colocada.

12.7.2. Caso a ME/EPP não ofereça proposta mais vantajosa, o sistema convocará os Licitantes ME/EPP remanescentes que porventura se encontrem dentro da margem de preferência, seguindo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

12.7.3. Na hipótese de não oferta de lance que desempate o procedimento licitatório, permanecerá a ordem de classificação anteriormente determinada.

12.7.4. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante como ME/EPP.

12.8. Após o desempate de que tratam os subitens **12.5** a **12.7**, caso persista o empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) Produzidos ou prestados no País;

b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.9. Os critérios de desempate previstos nos subitens **12.5** a **12.8** serão aplicados caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.10. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema **Comprasnet** dentre as propostas empatadas.

13. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

13.1. Após o encerramento da fase competitiva, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.

13.1.1. É vedada a negociação com condições diferentes das previstas neste Edital.

13.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.

14. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa competitiva e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto ao **preço** e quanto ao atendimento das especificações.

14.2. O(s) Licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, após a negociação, deverá(ão) enviar **no prazo 2 (duas) horas** a contar da requisição do Pregoeiro via chat, a(s) Proposta(s) de Preços devidamente atualizada(s), em conformidade com o valor negociado ou o último lance ofertado.

14.3. A proposta ajustada será recebida **exclusivamente por meio do sistema Comprasnet** (opção “Enviar Anexo”), respeitado o limite do sistema eletrônico, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários.

14.4. A(s) proposta(s) atualizada(s) deverá(ão) ser lavrada(s) em língua portuguesa e deve(m) conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual, Municipal e Distrital;

b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no quadro constante do item 4 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) As especificações do serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital (Anexo I ao Edital);

d) Prazo de validade da proposta, não devendo ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

e) Prazo de execução dos serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais será de até 75 (setenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços de obra.

f) Declaração de que a Licitante atende os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos no atr. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do **Anexo II**. A declaração pode ser substituída por certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova, que ateste que a empresa cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental; e

g) Memórias de Cálculo que, eventualmente, se fizerem necessárias.

14.5. Os dados inseridos na proposta, como correio eletrônico, número de telefone e fax, serão utilizados para a comunicação oficial entre a SSPDF e a empresa, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.

14.6. Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, prazo de prestação de serviços, prazo de garantia, preço de insumos ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, **ressalvadas as hipóteses destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo Pregoeiro**.

14.7. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.

- 14.8. Em consonância com o § 3º, art. 43, da Lei nº 8.666/1993, para fins de verificação/comprovação quanto ao atendimento das especificações contidas no Termo de Referência, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, requerendo a remessa de documentos técnicos, comprovantes, dentre outros que julgar cabíveis à análise objetiva do(s) serviço(s) ofertado(s) pelas Licitantes.
- 14.9. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes do(s) serviço(s) objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.
- 14.10. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como propostas que apresentarem valores globais e unitários acima do estimado.
- 14.11. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:
- 14.11.1. Preços excessivos** quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado pela Administração;
- 14.11.1.1. A desclassificação por preços excessivos somente ocorrerá após a fase competitiva, caso Administração não obtenha êxito na negociação direta.
- 14.11.2. Preços inexequíveis** quando os mesmos forem inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais;
- 14.11.2.1. O Licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, caso não demonstre, será desclassificado.
- 14.12. Serão analisados, para a definição de valores excessivos ou inexequíveis, os preços unitários e globais.**
- 14.13. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema **Comprasnet** (opção “Enviar Anexo”), com todos os requisitos ou o descumprimento das eventuais diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta.
- 14.14. Sempre que a proposta não for aceita, antes de ocorrer a convocação da Licitante subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos subitens **12.5** a **12.7**, visto o disposto na Lei distrital nº 4.611/2011 e no Decreto distrital nº 35.592/2014.
- 14.15. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **Comprasnet** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para a Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios da SSPDF (CLIC), sito ao Setor de Administração Municipal- SAM, Quadra “A”, Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília-DF.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Encerrada a fase de propostas, o Pregoeiro promoverá a análise dos documentos de habilitação enviados pelo Licitante, conforme regulado neste Edital.
- 15.1.1. Em caráter de diligência, os documentos de habilitação remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **Comprasnet** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para a Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios da SSPDF (CLIC), sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília – DF.
- 15.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF;
- 15.2.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o Licitante, por falta de condição de participação.
- 15.2.2. Realizadas as diligências, o Pregoeiro fará a análise dos documentos de habilitação.
- 15.3. DOS LICITANTES CADASTRADOS NO SICAF:**
- 15.3.1. As Licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:
- a) Documentação relativa à habilitação técnica elencada nos subitens **15.8.1**, **15.8.2** e **15.8.3** deste Edital. Caso o SICAF apresente parte dos documentos de qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos faltantes;
- b) Certidão Negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- c) As Licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer;**
- c.1)** A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou Contrato social, conforme regulado pelo subitem **15.7.3** deste Edital;
- d) Declarações prestadas diretamente no sistema, na forma do **item 9.2** deste Edital.
- d.1) Todas as declarações constantes do sistema ComprasGovernamentais serão consultadas e juntadas aos autos do processo.**
- e) Prova de regularidade com a Secretaria de Economia do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br (**obrigatória para os Licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**).
- 15.3.2. A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 15.4. Os Licitantes que estiverem seus cadastros no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF vencidos, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:
- 15.5. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- a) Documento de identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente;
- b) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

- c) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Procuração por instrumento público, ou por instrumento particular com o devido reconhecimento de firma em cartório, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es), com poderes estatutários para firmar compromisso.

15.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade com a Secretaria de Economia do Distrito Federal, **independentemente da sede ou domicílio do Licitante**, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- e) Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- g) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

15.6.1. Para todas as certidões referentes à regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa.

15.6.2. Caso o Licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

1. **ILG: Índice de Liquidez Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)**

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} > 1$$

2. **ILC: Índice de Liquidez Corrente ≥ 1 (maior ou igual a 1)**

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE} > 1$$

3. **SG: Solvência Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)**

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} > 1$$

b.3) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

15.7.1. Serão consideradas como detentoras de capacidade econômico-financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições do item **b.2** (i, ii e iii) acima.

15.7.2. A Licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item **b.2**, assinado pelo seu representante legal e por um contador.

15.7.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo estabelecido em qualquer dos índices referidos no item b.2, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, através do Balaço Patrimonial do exercício social já exigível e devidamente registrado na Junta Comercial, Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

15.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.8.1. Para a execução dos serviços:

15.8.1.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em língua portuguesa do Brasil, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprove que tenha executado serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais contidas no item 8 e seus subitens.

15.8.1.2. Registro ou inscrição no conselho ou entidade profissional competente – CREA/CAU vigentes, da Empresa e do Responsável Técnico;

15.8.1.3. Apresentar o Atestado de Vistoria, confeccionado pela interessada e assinada pelo representante da SSP e o da Empresa licitante, ou ainda, Declaração formal da licitante de que abriu mão da vistoria do local em que serão executados os serviços de manutenção, arcando com todas as consequências do ato, não sendo-lhe permitido alegar posteriormente o desconhecimento do local em benefício próprio ou da empresa, ou ainda, pleitear algo com essa fundamentação. O modelo da Declaração consta no Anexo I, ao Termo de Referência;

15.8.1.4. As empresas licitantes poderão realizar visita às instalações dos locais de prestação do serviço, a qual deverá ser agendada previamente junto à Coordenação de Engenharia e Arquitetura, por meio do telefone (61) 3441-8815, no horário das 08:00 às 17:00.

15.8.1.4.1 O prazo para realização da visita técnica será até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.

15.8.1.5. As empresas licitantes que optarem por realizar a visita técnica no local da execução dos serviços deverão apresentar no momento o Atestado de Visita Técnica, conforme modelo que segue como Anexo I, ao Termo de Referência, devidamente preenchido, em nome da empresa licitante, de que esta, por intermédio de seu representante, vistoriou as instalações onde serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do mesmo, que deverá ser assinado juntamente com o representante da Coordenação de Engenharia e Arquitetura.

15.8.1.6. As empresas licitantes que não optarem por realizar a visita deverão apresentar junto com a documentação de habilitação Declaração de desistência de vistoria, conforme modelo que segue como Anexo I, ao Termo de Referência, devidamente assinado pelo responsável da proponente.

15.8.1.7. Considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o proponente já prestou serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais contidas no item 08 ao subitem 8.11.4, **no quantitativo total do serviço a ser contratado**, estabelecido no Termo de Referência (Anexo I), de acordo com o TCU, Acórdãos de Plenário nºs 1.284/2003, 2.068/2004, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.056/2008 e 11.213/2013. Que comprove que tenha executado serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais contidas no item 8 ao subitem 8.11.4.

15.8.1.8. O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos da prestação dos serviços.

15.8.1.9. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

15.8.1.10. Apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA e do Responsável Técnico, que indique a habilitação da licitante em exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da Unidade da Federação em que possui registro;

15.9. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs:

15.9.1. As empresas qualificadas como MEs / EPPs, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.9.2. A existência de restrição relativamente à **regularidade fiscal e trabalhista** não impede que a Licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.9.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista**, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.9.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.9.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à SSPDF convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame, ou revogar a licitação.

15.9.5. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor dos itens da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa, conforme dispõe o art. 24 da Lei distrital nº 4.611/2011 e art. 2º, § 2º, do Decreto distrital nº 35.592/2014.

15.10. OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

15.10.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar: todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

15.10.2. As certidões que não apresentarem em seu teor data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, **deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias**, contados da data da sessão pública deste Pregão.

15.10.3. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.10.4. Se a proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

15.10.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos subitens **12.5** a **12.7**, visto o disposto na Lei distrital nº 4.611/2011 e no Decreto distrital nº 35.592/2014.

15.10.6. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora.

15.10.7. O Pregoeiro diligenciará na internet visando mitigar inabilitações pela falta de apresentação de documentos de regularidade fiscal, jurídica, econômico-financeira e técnica, visando a manutenção da proposta de melhor preço.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema **Comprasnet**, manifestar sua intenção de recorrer.

16.1.1. A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem **16.1** importará na decadência desse direito.

16.1.2. As manifestações de intenção de recorrer devem ser feitas exclusivamente por meio do sistema **Comprasnet**.

16.1.2.1. As manifestações fora do sistema **Comprasnet** serão desconsideradas.

16.1.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, verificando somente as condições de admissibilidade do recurso.

16.1.4. A ausência de manifestação ou as manifestações fora do sistema acarretarão no prosseguimento do feito, estando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.

16.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a Licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões.

16.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

16.3. As razões e contrarrazões serão recebidas somente no portal **Comprasnet**, por meio de campo próprio do sistema. **Não serão recebidas e conhecidas razões de recurso e contrarrazões enviadas diretamente ao Pregoeiro ou por quaisquer outros meios (fax, correspondência, correio eletrônico, etc).**

16.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão requisitar a disponibilização de acesso externo ao inteiro teor do processo eletrônico por meio do e-mail: licitacoes@ssp.df.gov.br endereçado ao Subsecretário de Administração Geral.

16.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente relatado, ao Subsecretário de Administração Geral da SSPDF para a decisão final, que se dará no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 13, IV, e do art. 45, tudo do Decreto Federal nº 10.024/2019.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16.7. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

17.2. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior, propondo sua homologação.

17.3. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da licitação, a Licitante vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato ou retirar documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do Termo de Convocação.

18.1.1. O convocado poderá, à critério da Administração, assinar o Contrato diretamente no processo eletrônico (assinatura eletrônica), cabendo à Administração, mediante prévio cadastro, a liberação para assinatura de usuário externo no SEI.

18.1.2. O prazo para assinatura do Contrato estabelecido no **item 18.1** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Subsecretário de Administração Geral da SSPDF.

18.1.3. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante toda a vigência contratual.

18.2. O Contrato para execução dos serviços objeto deste Edital, subordina-se ao Termo Padrão nº **04/2002**, em conformidade com o Decreto distrital nº 23.287/2002, que segue como **Anexo III a este Edital**, e terá **vigência de 150 (cento e cinquenta) dias**, a contar de sua assinatura.

18.2.1. A vigência contratual poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

18.3. Não será exigida garantia contratual, visto que se trata de Contrato de serviços comuns.

18.4. O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

18.5. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato oriundo desta licitação deverá ser dirigido ao Executor de Contrato ou ao Presidente da Comissão Executora do Contrato, a quem caberá análise do pedido e encaminhamento ao Subsecretário de Administração Geral da SSPDF a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o Decreto distrital nº 26.851/2006.

18.7. Este Edital, o Termo de Referência e seus anexos e a proposta de preços apresentada pela Licitante vencedora farão parte integrante do Contrato.

18.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

18.9. São vedadas a subcontratação, a associação da Contratada com outrem, a sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

18.10. Será designado um Executor, ou uma Comissão Executora de Contrato, que terá as atribuições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto distrital nº 32.598/2010, a quem caberá a fiscalização e acompanhamento da obra nos termos do Edital, Projeto Básico e seus anexos.

18.11. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor total inicial atualizado do Contrato que se fizerem necessários, observado o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes, na forma do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

18.12. Incumbirá à SSPDF providenciar a publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

18.13. O contrato para execução dos serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

18.14. O prazo de execução dos serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais será de até 75 (setenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços de obra.

18.15. O prazo para início do serviço será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início da execução.

19. DO REAJUSTE

19. Os preços relativos ao futuro Contrato são fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

20. DOS ADITAMENTOS CONTRATUAIS

20.1. As alterações das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da SSPDF, **desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA**, serão processados por meio de termo aditivo, observados os limites previstos no item **18.11** deste Edital (§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993).

20.1.1. As eventuais modificações de tratam o item **20.1**, condicionam-se à elaboração de justificativa prévia, devidamente aceita pelo Subsecretário de Administração Geral da SSPDF.

20.2. As alterações de valor contratual, decorrente do reajuste de preços, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor contratado, dispensam a celebração de aditamento, podendo ser processadas por meio de apostila.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

21.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

21.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório.

21.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.

21.5. Constitui obrigação da Contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência (Anexo I do presente Edital).

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Indicar o executor ou comissão executora do Contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, art. 41, inciso II e § 3º.

22.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

22.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

22.4. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no serviço prestado.

22.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, acerca de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade; bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

23. DA FISCALIZAÇÃO

23.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor e/ou comissão, especialmente designado pelo Contratante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando, outrossim, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; observadas as atribuições contidas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

23.2. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste Edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

23.2.1. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

23.2.2. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da Contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

23.2.3. Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

23.3. O serviço deverá ser entregue/prestado conforme disposto no Anexo I ao Edital (Termo de Referência).

23.4. O serviço será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação; e

b) DEFINITIVAMENTE, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

23.5. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

23.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

23.7. Se a Licitante vencedora deixar de entregar ou prestar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

23.8. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório do(s) serviço(s), na forma do art. 74 da Lei nº 8.666/1993.

24. DO(S) LOCAL(IS) DE PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)

24.1. Os serviços serão prestados no Edifício Sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública, sito no endereço: SAM, Conjunto A, Bloco A, Asa Norte-DF.

24.2. Os serviços devem ser entregues/prestados em estrita observância das especificações e exigências mínimas, observados os prazos definidos no Anexo I ao Edital (Termo de Referência).

25. DO PAGAMENTO

25.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;

c) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

d) Prova de regularidade com a Secretaria de Economia do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br.

25.1.1. Para as comprovações elencadas no item **25.1**, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

25.1.2. Os documentos elencados no item **25.1** poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.

25.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 33.158.099/0001-03

25.2.1. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item **25.2**, não serão aceitas.

25.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

25.3.1. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

25.3.2. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item **25.3.1**, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

25.4. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

25.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016).

25.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

25.7. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

25.8. Os pagamentos, pela SSPDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011).

25.8.1. Excluem-se das disposições do item **25.8**:

a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital de Pregão Eletrônico e do Contrato dele decorrente, em face do disposto no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, ensejará a aplicação de penalidade que obedecerá às normas estabelecidas no **Decreto distrital nº 26.851/2006** e alterações posteriores (**Anexo V ao Edital**).

26.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas no Edital (Anexo V) e no Contrato realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário.

26.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. A SSPDF poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou influir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

a) adiamento ou suspensão da licitação;

b) revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou

c) alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da licitação.

27.1.1. A anulação da licitação induz à do Contrato.

27.1.1.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

27.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

27.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

27.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, observar-se-á o que se segue:

27.4.1. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

27.4.2. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na SSPDF.

27.5. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da Licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.

27.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. A critério do Pregoeiro, o prazo de 2 (duas) horas para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

27.8. O Licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.9. A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte da Administração, importando, porém, para o Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste Edital.

27.10. O Edital será disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também na página da SSPDF (www.ssp.df.gov.br/licitacoes).

27.11. O inteiro teor do processo eletrônico está disponível para vista aos interessados por meio de disponibilização de acesso externo no SEI (serviço eletrônico de informações).

27.11.1. O pedido de vista deverá ser encaminhado à Subsecretaria de Administração Geral através do e-mail licitacoes@ssp.df.gov.br.

27.12. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidos pelo Pregoeiro, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, **item 4**, através do fone xx-(61) 3441-8824 ou diretamente na Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios, situada no SAM, Quadra “A”, Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília/DF.

27.13. O foro de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

27.14. As Licitantes deverão comprovar, caso cabível, o atendimento da Lei distrital nº 4.652/2011, que cria, no âmbito do DF, o Programa de Valorização Profissional junto aos apenados em regime semiaberto e aos egressos do Sistema Penitenciário.

28. ANEXOS

28.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

28.1.2. ANEXO II – Declaração de Sustentabilidade Ambiental (art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012);

28.1.3. ANEXO III – Decreto distrital nº 39.860/2019 (Portaria nº 356/2019-CGDF);

28.1.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato;

28.1.4. ANEXO V – Decreto distrital nº 26.851/2006 – regulamento de penalidades do DF.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidora de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012 (DODF 252, de 13/12/2012).

Subsecretário de Administração Geral

ANEXO I AO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais, para Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), conforme especificações e demais informações constantes neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Lei nº 8.078/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor;

2.1.1. Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.1.2. Lei nº 10.520/2002, que institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;

2.1.3. Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;

2.1.4. Decreto Federal nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal, recepcionado no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, por meio do Decreto distrital nº 40.205/2019;

2.1.5. Decreto federal nº 9.412/2018, que atualiza os valores das modalidades de licitação de trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.1.6. Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências;

2.1.7. Lei Distrital nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal;

2.1.8. Lei Distrital nº 5.525/2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências

2.1.9. Lei Distrital nº 6.112/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal, alterada pela Lei distrital 6.308/2019;

2.1.10. Decreto Distrital nº 23.287/2002, que aprova modelo de Termos-Padrão e serem utilizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;

2.1.11. Decreto Distrital nº 23.460/2002, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, instituída pela Lei Federal nº 10.520/2002;

2.1.12. Decreto Distrital nº 26.851/2006, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº. 8.666/1993;

2.1.13. Decreto Distrital nº 32.598/2010, que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências;

2.1.14. Decreto Distrital nº 32.767/2011, que dispõe sobre a regulamentação para a movimentação dos recursos financeiros alocados à “Conta Única” do Tesouro do Distrito Federal, e dá outras providências.

2.1.15. Decreto Distrital nº 33.608/2012, que exclui do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata o art. 2º da Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999, os procedimentos licitatórios de interesse da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências;

2.1.16. **Decreto Distrital nº 35.592/2014**, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na [Lei nº 4.611](#)/2011, estabelece regras para a elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas para ampliação da participação das denominadas entidades preferenciais, e dá outras providências;

2.1.17. **Decreto Distrital nº 36.520/2015**, que estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências;

2.1.18. **Decreto Distrital nº 37.121/2016**, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Distrito Federal;

2.1.19. **Decreto Distrital nº 38.934/2018**, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

2.1.20. **Instrução Normativa nº 05/2017 – MP/SLTI**, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.21. **Decreto Distrital nº 39.103/2018**, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o sistema de Registro de preço e dá outras providências;

2.1.22. **Decreto Distrital nº 39.453/2018**, que regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal;

2.1.23. **Decreto Distrital nº 39.860/2019**, que Dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação.

2.1.24. **Decreto Distrital nº 40.079/2019**, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;

2.1.25. **Portaria nº 514/2018/SEPLAG**, que regulamenta os procedimentos administrativos básicos para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral na forma do Decreto distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018;

2.1.26. **Portaria nº 356/2019**, que estabelece os procedimentos de verificação previstos no art. 5º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

2.1.27. **Portaria nº 119, de 04 de setembro de 2019** Estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências.

2.1.28. **Portaria nº 247/2019**, que aprova o Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte, de titularidade do Distrito Federal, nos termos do art. 157, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.1.29. **Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019**, Regulamenta o incentivo financeiro das ações do Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, no âmbito da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Sistema Único de Segurança Pública, com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, previstos no inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

3. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

- Lei Orgânica do Distrito Federal - art. 16, inc. II: ***“É competência do Distrito Federal, em comum com a União a conservação do patrimônio público”.***
- Lei Complementar nº 101 - art. 45: ***“Observado o disposto no §5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.”***
- Instrução Normativa nº 05/2017 – SLTI/MPOG;
- Lei Distrital 6.090/2018 – Regula uso de amianto e asbesto no DF;
- ABNT NBR 16.280/2015 - Reformas em Edificações;
- ABNT NBR 9.574/2008 – Execução de Impermeabilização;
- ABNT NBR 9.575/2010 – Impermeabilização: Seleção e Projeto;
- NBR 15.575-5 – Desempenho de Edificações Habitacionais – Requisitos para coberturas;
- ABNT NBR 10.844/1989 – Instalações Prediais de Águas Pluviais;
- ABNT NBR 13.755/2017 – Revestimentos Cerâmicos de Fachadas;
- ABNT NBR 5.674/2012 – Manutenção de Edificações;
- ABNT NBR 14.037/2014 – Diretrizes para a elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações;
- NBR 7.190 – Estruturas de madeira;
- NBR 6.123 – Forças devidas ao vento;
- NBR 5.642 – Ensaio de Impermeabilidade;
- ISO 14.001 – Sistema de Gestão Ambiental;
- NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR 08 – Edificações;
- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

- NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 26 - Sinalização de Segurança;
- Outras normas correlatas;

4. **JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, DO INTERESSE PÚBLICO E ADMINISTRATIVO**

4.1.1. Esta Secretaria de Estado, atendendo ao disposto na Portaria nº 790/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (53268856), que estabelece o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), bem como o Termo de Adesão (53270874), para programas de valorização dos profissionais de segurança pública, no qual obtivemos o recurso por meio da apresentação de um projeto que visa a estruturação da Gerência de Atendimento Biopsicossocial do Servidor e Criação de Unidade Itinerante de Atenção Biopsicossocial (53270447).

4.1.2. Todavia, em virtude de ter sido destinada uma área para o Estúdio, conforme planta da Sala de Vídeo do Edifício Sede (42631455), Planta Arquitetônica atualizada (43478896), e Planta Elétrica (43479791), foi encaminhada a essa Subsecretaria o Memorando nº 116/2020 - SSP/SEGI/SUAG/COENG (43487971) informando as Especificações Técnicas dos bens (43479847), entre outros, para a construção de um Estúdio que permitirá a elaboração de vídeo aulas de cursos com temáticas voltadas para a qualidade de vida no trabalho dos agentes de segurança pública do Distrito Federal, e Memorando nº 8/2020 - SSP/SEGI/SUEGEP/COVAP (43580349) formalizando a demanda.

4.1.3. A Portaria nº 790/2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (53268856) estabelece que seriam contempladas ações de programas da área de atenção biopsicossocial, de saúde e segurança do trabalho e de valorização profissional (art. 4º). Nesse mesmo artigo, estão previstos a "criação/estruturação de unidades itinerantes de atenção biopsicossocial (§1º, inciso V); programas de prevenção ao suicídio (§1º, inciso IX); estruturação de unidades itinerantes de promoção à saúde (§2º, inciso XI); estruturação de programas de desenvolvimento pessoal, abrangendo cursos e palestras de educação financeira (§2º, inciso III); capacitação em comunicação não violenta para minimizar conflitos, melhorar a comunicação institucional (§2º, inciso V); e confecção de material educativo em qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho".

4.1.4. Dessa forma, em virtude de feiras de saúde para os servidores, previstas para acontecer no ano de 2020, além do apoio aos programas "**Sentinela**" da PMDF e "**Guardiões da Vida**" do CBMDF, ambos voltados para a prevenção do suicídio, dão ao projeto da SSPDF o caráter de itinerante.

4.1.5. A intervenção do Estado, além de ser uma missão inerente à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que, juntamente com outros órgãos governamentais, tem que se unir nas questões que envolvam a saúde pública da sociedade, busca também agir de forma a proporcionar o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação profissional, ajudando no desenvolvimento pessoal de cada cidadão.

4.1.6. Como reflexo dessa intervenção estatal, temos uma expressiva diminuição nos registros de crimes como um todo, já que a população atingida por essas ações, além de se capacitar para o mercado de trabalho, recebem ajuda profissional para enfrentarem conflitos de forma pacífica. Além disso, profissionais da área de segurança pública passam a estar lado a lado com a sociedade, de forma que passe a ser constantemente construído um vínculo de confiança entre Estado e cidadão.

4.1.7. Nesse cenário, percebendo a necessidade do desenvolvimento de ações e políticas voltadas ao cidadão como um todo, por meio de pesquisas realizadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, Forças de Segurança e outros parceiros, a Subsecretaria de Ensino e Gestão de Pessoas visa desenvolver ações que possam qualificar o profissional de segurança pública, capacitando-o a identificar potenciais situações de risco, mitigando, assim, a violência e a criminalidade onde estejam atuando, promovendo a cultura da paz, bem como o desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

4.1.8. Neste sentido a criação de estúdio para trabalhar com narrativas de produções de audiovisuais com temas voltados à esta pasta, tornará mais eficiente sua divulgação e aprimoramento da sua capacidade de divulgação.

4.1.9. O projeto visa atingir um número grande de pessoas, sendo difícil mensurar a quantidade exata pela multiplicidade de meios em que podem ser divulgados na internet em mídias sócias de fácil acesso à população. O público alvo será de crianças, jovens e adultos de todas as classes sociais.

4.1.10. Portanto, com base nas informações acima apresentada esta contratação de serviço para construção de estúdio se faz necessário para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, possa cumprir com suas missões.

4.2. **JUSTIFICATIVA DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

4.2.1. O Estudo Técnico Preliminar (55632787) foi elaborado conforme as diretrizes constantes no Decreto nº 10.024/2019 e demais normativos que disciplinam os serviços a serem contratados ou bens a serem adquiridos, buscado melhorar a conclusão que viabilize a pretensa contratação e servindo, assim, para fundamentar o presente Termo de Referência.

4.3. **JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO SER SERVIÇO COMUM E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

4.3.1. Por tratar de serviço de execução de complexidade baixa, que pode ser operacionalizado por técnicas de amplo conhecimento do mercado, o serviço almejado pode ser enquadrado como serviço comum, a exemplo do que se verifica em outras contratações similares, inclusive a desta SSP, portanto a seleção neste certame também poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Distrital nº 23.460/2002 e do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal, recepcionado no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, por meio do Decreto Distrital nº 40.205/2019.

4.3.2. Sendo assim, a modalidade de pregão eletrônico poderá propiciar a contratação adequada ao atendimento das necessidades da SSPDF, uma vez que será possível comparar objetivamente as especificações das propostas que serão apresentadas com as especificações contidas neste Termo de Referência, e, após tal cotejo, e tendo como critério de julgamento o menor preço, não haverá comprometimento da qualidade mínima desejada, visto que as propostas que não possuem especificações de acordo com o Edital serão desclassificadas, sendo mantidas apenas as que possuírem.

4.3.3. É possível observar, diante das especificações contidas neste Termo de Referência que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas, sendo possível a comparação objetiva das mesmas tendo como critério de julgamento o menor preço sem comprometimento da qualidade desejada, a exemplo das propostas que foram levantadas para balizamento de preços; logo vislumbra-se para o presente certame a obediência ao disposto no art. 1º, *caput*, e Parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, podendo o objeto da licitação ser considerado serviço comum, sendo portanto, aplicável a modalidade pregão em sua forma eletrônica, o que proporcionará à esta Administração a contratação de serviço adequada ao atendimento das necessidades almejadas no objeto deste certame.

4.4. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO EM ITENS

4.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado sem o parcelamento do objeto em itens, sendo aplicado o agrupamento dos itens em grupo único para esta licitação, haja vista tratar-se de contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais para Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, sendo que o objeto deste Termo de Referência não é divisível e que o parcelamento em itens poderia causar prejuízos dos serviços prestados. Ademais, em se tratando do mesmo contratado para o grupo único, o valor global será economicamente mais viável.

4.4.2. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007:

[...]

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade ". (Grifo nosso).

4.4.3. Sopesando as inegáveis vantagens operacionais e logísticas advindas com o agrupamento dos itens para "**grupo único**", em cotejo com a competitividade necessária ao certame, entendeu-se não haver máculas ao procedimento. Assim, em que pese o disposto na Súmula 247 do TCU, transcrita acima, há que se ressaltar que a licitação por itens é regra, e a licitação por grupos é a exceção, que, sendo plenamente legal, apenas prescinde de justificativa plausível, conforme disposto pelo próprio TCU, no acórdão nº **1167/2012-Plenário, TCU 000.431/2012-5, rel. Min. José Jorge, 16.5.2012.**

4.4.4. Ainda no tocante à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o Ministro José Jorge preleciona que *"a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular (...) a Súmula n" 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala"*. Nesse sentido, entendeu o relator que não houve a alegada afronta à jurisprudência do TCU, ressaltando que *"a interpretação da Súmula/TCU 247 não pode se restringir à sua literalidade, quando ela se refere a itens. A partir de uma interpretação sistêmica, há de se entender itens, lotes e grupos"*, (grifo nosso) **Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TCU 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014.**

4.4.5. No presente caso a contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais para Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, por **grupo único** encontra respaldo por haver total correlação no processo produtivo de cada item que o compõe.

4.4.6. Por se tratar de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais que será entregue em conformidade com o descritivo da execução do serviço, a entrega não poderá ser realizada com a falta de qualquer item contido no grupo, ou ainda, em tempo diverso, sendo assim, não toleraria a forma de grupo único para apenas um único fornecedor;

4.4.7. Não há que se falar em entregar os piso vinílico sem as montagem das paredes de dry-wall duplas com revestimento interno de lâ de roch. Logo, o parcelamento poderia gerar o fracasso de alguns itens, o que geraria transtorno para o presente processo, não atendendo assim a demanda e a necessidade da SSPDF em sua totalidade.

4.4.8. Assim, a decisão pelo não parcelamento do objeto da contratação por agrupamento único se justifica pela viabilidade técnica e econômica que poderá ser alcançada, por estarem todos os itens intrinsecamente relacionados, contendo características técnicas assemelhadas para o serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais, que podem ser agrupados sem prejuízo para a economia de escala, possuindo no mercado empresas com capacidade para a execução da totalidade desse serviços, sem restrição de competitividade.

4.5. JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.5.1. A presente contratação de serviço de engenharia não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão do objeto não se enquadrar no disposto nos incisos I, II, III e IV, art. 3º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018, por se tratar de contratação única, com a execução do serviço previamente definida em quantidades exatas neste Termo de Referência e com previsão de recursos orçamentário para fazer face à despesa.

4.5.2. O presente processo para contratação de serviços não se enquadra nos pré-requisitos acima citados por se tratar de contratação de serviço para Adequação do ambiente para estúdio de gravação de áudio e vídeo com a execução do serviço previamente definida neste Termo de Referência, afastando a aplicação do Sistema de Registro de Preços na forma do art. 3º, inciso. I, II e IV, do Decreto Distrital nº 39.103/2018, uma vez que não haverá necessidade de contratações frequentes ou entregas parceladas não definidas e, ainda, por ser possível definir previamente o serviço a ser demandado por esta Administração. Por outro lado, o presente serviço não se enquadra, igualmente no inc. III do art. 3º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018. Não há que se falar em atendimento de demandas de outros órgãos da Administração do Distrito Federal, tendo em vista que a SSP/DF, foi excluída do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços, por meio do Decreto Distrital nº 33.608/2012, para adotar procedimentos licitatórios de interesse da Pasta.

4.6. JUSTIFICATIVA DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS, PESSOAS FÍSICAS NÃO EMPRESÁRIAS E DE SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Não será permitida a participação de empresas consorciadas e a subcontratação, uma vez que não há complexidade para execução do serviço objeto do certame em tela, o qual se resume em contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais, que justificaria a permissão de empresas participarem em consórcio ou a subcontratação de parcelas não relevantes do objeto, o que justifica tal impedimento visto que a amplitude do objeto almejado ou a diversidade de elementos que o compõem não evidenciam dificuldade de o objeto ser implementado por uma única empresa.

4.6.2. Não é possível a participação de pessoas físicas não empresárias neste certame, uma vez que não possuem os requisitos mínimos indispensáveis para execução do serviço objeto deste Termo de Referência, não havendo como verificar a documentação de habilitação jurídica, fiscal e qualificação técnica, entre outras, por não possuírem tais documentos.

4.7. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO SER EXCLUSIVA PARA ENTIDADES ESPECIAIS (MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)

4.7.1. Na forma do art. 2º, inc. II, do Decreto Distrital nº 35.592/2011, considerando que o valor da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será exclusiva para entidades preferenciais **(MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS);**

4.7.2. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa.

4.8. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.8.1. Em atenção ao disposto na Lei nº 4.770/2012 serão exigidos neste certame a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.

4.8.2. As empresas licitantes interessadas neste certame deverão se atentar quanto às obrigações estabelecidas no subitem 13.5 deste Termo de Referência, que trata **DA OBRIGATORIEDADE DO USO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**.

5. PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS DO SERVIÇOS (MODELO A SER SEGUIDO PELAS LICITANTES)

5.1. PLANILHA

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA ACEITÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	Intervalo Monetário	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	1627	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais. As descrições para execução dos serviços estão contidas no item 8 ao subitem 8.11.4.neste Termo de Referência.	Serviço	1	R\$ 10,00	R\$ 76.321,79
TOTAL ESTIMADO PARA O SERVIÇO:						R\$ 76.321,79

5.2. O custo estimado do serviço de R\$ 76.321,79 (setenta e seis mil trezentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos).

5.2.1. Os custos apurados para o **grupo único** estão contidos na planilha com suas médias das propostas descrita abaixo:

PESQUISA DE PREÇOS/CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS, REFERENTE AO GRUPO ÚNICO						
ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	Especificação Mínima Aceitável	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	5312	PREPARAÇÃO DO PISO FLUTUANTE PARA RECEBIMENTO DO PISO VINÍLICO (COM ADESIVAGEM): PISO VINÍLICO EM PLACAS 30X30CM PARA APLICAÇÃO EM ASSOALHO HORIZONTAL, ESPESSURA 2,0MM, (referência fadamac, cor linha thru prata ou similar técnico), APLICAÇÃO COM COLA A BASE DE NEOPERENE (por meio de desempenadeira dentada. após aproximadamente 15 minutos, iniciar a aplicação das placas vinílicas). INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	M²	26,63	R\$315	R\$ 8.391,38
2	11886	MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL DUPLAS COM REVESTIMENTO INTERNO DE LÃ DE ROCHA: PAREDES EM DRY WALL, COM DUPLA CAMADA DE PLACAS DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA 5MM, ESPAÇAMENTO ENTRE AS PLACAS DE 10CM E COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO, COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE AS CAMADAS. INSTALADAS, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	15,93	R\$ 249,12	R\$ 3.968,48
3	11886	MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL SIMPLES: PAREDES EM DRY WALL, COM CAMADA ÚNICA, COM PLACA DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA DE 5MM, COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE O DRY-WALL E A PAREDE DE ALVENARIA. INSTALADAS A 10CM DA PAREDE DE BLOCOS DE CONCRETO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	109,90	R\$ 213,68	R\$23.483,43
4	5312	INSTALAÇÃO DE PISO FLUTUANTE:	m²	19,66	R\$ 130,42	R\$ 2.564,06

		PISO FLUTUANTE, LAMINADO DE ALTA DENSIDADE, FORMADO POR FIBRAS DE MADEIRAS AGLUTINADAS E COMPACTADAS ENTRE SI COM RESINA SINTÉTICA ATRAVÉS DA AÇÃO CONJUNTA DE PRESSÃO E CALOR EM PRENSA CONTÍNUA, HOMOGÊNEO, COMPOSTO POR RÉGUA INDIVIDUAIS, COM BORDAS FRESADAS, REVESTIDO NA PARTE SUPERIOR COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR CARVALHO, NA TONALIDADE E TEXTURA, COM BORDAS RETAS, ACABAMENTO EM TEXTURA LINHEIRA GARANTIDO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 7MM, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA A ABRASÃO (NÍVEL AC3). SISTEMA DE INSTALAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE CLICK, SEM A UTILIZAÇÃO DE COLA, COM PERFIL PARA ENCAIXE ANGULAR GARANTINDO FACILIDADE E PRATICIDADE NA MONTAGEM SEM ABERTURA DE FRESTAS, PROPORCIONANDO MELHOR DESEMPENHO NO ALINHAMENTO DAS RÉGUAS. MANTA RECICLADA EM POLIETILENO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO/SERVIÇO DE 02 ANOS DO FORNECEDOR/INSTALADOR, ALÉM DA GARANTIA OFERTADA PELO FABRICANTE DO MATERIAL. INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.				
5	392514	INSTALAÇÃO DO FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS: FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE. GARANTIA DE 02 ANOS – INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	26,63	R\$ 161,36	R\$ 4.297,02
6	151013	INSTALAÇÃO DE PORTAS: KIT PORTA/PORTAL PRONTOS DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA, 80 X 210 MM, E = 3,5 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ACABAMENTO EM LAMINADO PADRÃO FREIJÓ, INCLUSOS MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E PREPARAÇÃO PARA FECHADURA DE EMBUTIR. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.	kit	2	R\$ 839,90	R\$ 1.679,80
7	445869	INSTALAÇÃO A CHAPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE EM UMA ESTRUTURA/MOLDURA DE AÇO GALVANIZADA FIXADA ÀS PAREDES DE DRY-WALL: CHAPA DE ACRÍLICO: transparente com as seguintes medidas: 05mm 70 Cm X 70 Cm, com moldura de acabamento de aço galvanizada fixada no DRY WALL. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	1,8	R\$ 305,00	R\$ 549,00
8	15814	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE ROCHA EM PAREDES DRYWALL: FELTRO EM Lã DE ROCHA, 1 FACE REVESTIDA COM PAPEL ALUMINIZADO, DENSIDADE = 32 KG/M³, E = 50 MM. INSTALADA, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	65,56	R\$37,75	R\$ 2.474,89
9	12700	INSTALAÇÃO DA PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA: PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA, ESTRUTURA MICROCELULAR, SEMIRRÍGIDA, CUNHAS ANECÓICAS, DENSIDADE 11KG/M³, DIMENSÃO 625X625MM, ESPESSURA 35MM, COR CINZA, RESISTÊNCIA AO FOGO CLASSE II-A, ELEVADA PERFORMANCE ACÚSTICA (marca referência OWA Brasil, linha SONEX ILITEC PERFILADO, similar ou equivalente). INSTALADA NAS PAREDES INTERNAS DA SALA DE GRAVAÇÃO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	45	R\$190,50	R\$8.572,50
10	21687	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS, CAIXAS DE PAREDES, TOMADAS, INTERRUPTORES, LÂMPADAS E QUADROS DE ENERGIA:				
		CAIXA DE PVC: Caixa PVC 4X2.	un.	25	R\$16.056,86	R\$16.056,86
		CAIXA DE PVC: Caixa PVC octogonal 3X3"	un.	9		
		KIT COM ARRUELA, BUCHA E PARAFUSO: Deverá conter: 4 Arruelas de pressão galvan. 1/4", 4 buchas de nylon S6 e 4 Parafusos fenda galvan. cab. Panela 4,8x45mm autoatarrachante.	KIT	1		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Amarelo.	M²	19		

		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Azul claro.	M²	14		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Branco.	M²	18		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Azul claro.	M²	13		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Branco.	M²	7		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - verde-amarelo.	M²	6		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - vermelho.	M²	6		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Azul claro.	M²	46		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Preto.	M²	46		
		CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - verde-amarelo.	M²	46		
		DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido , Interruptor simples - 1 tecla Placa 2x4".	un.	2		
		DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido, Interruptor simples - 2 teclas Placa 2x4".	un.	1		
		DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" com furo.	un.	2		
		DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" para uma função.	un.	20		
		TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A s/ placa.	un.	19		
		TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 20A s/ placa.	un.	1		
		DISJUNTOR TRIPOLAR: Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.	un.	1		
		DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.	un.	3		
		DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 25 A - 10 Ka.	un.	1		
		ELETRODUTO: Eletroduto PVC flexível, leve, 3/4.	un.	63		
		LUMINÁRIA: Luminária Led Sobrepor, Ref. Ledvance Slim Plafon.	un.	9		
		QUADRO DISTRIBUIÇÃO: Quadro distribuição, plástico sobrepor com barramento trifásico - DIN (Ref. Hager) com 8 disjuntores unipolar - pente 100A.	un.	1		
11	10162	INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.	un.	2	R\$145,85	R\$291,70
12	1627	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: TINTA ACRÍLICA: Tinta acrílica branco gelo (18 litros).	M²	109,90	R\$ 17,20	R\$ 1.890,28
13	1627	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS:	M²	109,90	R\$ 19,13	R\$ 2.102,39

		- MASSA CORRIDA: Massa corrida PVA (18 litros)				
		- LIXA: Lixa para parede nº 120.				
		- LIXA: Lixa para parede nº 50.				
TOTAL ESTIMADO⇒						R\$ 76.321,79

6. DO VALOR TOTAL ESTIMADO

6.1. O valor total estimado para a contratação do serviço de reforma e aquisição de bens é de **R\$ 76.321,79 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos)**, nos seguintes elementos de despesas 3.3.90.39.

6.2. O custo estimado é o especificado na Planilha de Custos e Reserva de Recursos (60397070), constante dos autos, apurado mediante pesquisa de mercado e de preços praticados pela Administração.

6.3. Da Natureza de Despesa:

ITENS	NATUREZA/ELEMENTO DE DESPESA	GRUPO	VALOR
1	3.3.90.39	16	R\$ 76.321,79
TOTAL ESTIMADO:			R\$ 76.321,79

6.4. O valor de referência estimado do presente Termo de Referência possuirá caráter não sigiloso (aberto), tendo em vista a necessidade de divulgação dos valores da composição dos custos da contratação dos serviços que serão executados nesta Secretária, conforme Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário, possibilitando que as empresas licitantes estejam munidas das informações necessárias para elaboração de suas propostas.

6.5. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo com as do COMPRAS GOVERNAMENTAIS – CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações constantes no primeiro documento. **Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo especificado neste Termo de Referência.**

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta e de valor de R\$10,00 (dez reais)e encontra-se na coluna INTERVALO MONETÁRIO, apresentado na planilha acima, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 14, do Decreto nº 10.024/2019.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para execução dos serviços:

7.1.1. As empresas licitantes deverão apresentar comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprove que tenha executado serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais contidas no item 8 ao subitem 8.11.4.

7.1.2. Registro ou inscrição no conselho ou entidade profissional competente – CREA/CAU vigentes, da Empresa e do Responsável Técnico;

7.1.3. Apresentar o Atestado de Vistoria, confeccionado pela interessada e assinada por ambos (representante da SSP e da Empresa, ou Declaração formal da empresa, de que tomou conhecimento, por intermédio de seu representante, de todas as condições do local a ser executado os serviços de manutenção, conforme modelo constante do Anexo I ao Termo de Referência);

7.1.4. As empresas licitantes poderão realizar visita às instalações dos locais de prestação do serviço, a qual deverá ser agendada até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, perante à Coordenação de Engenharia e Arquitetura, por meio do telefone (61) 3441-8815, no horário das 08:00 às 17:00.

7.1.5. As empresas licitantes que optarem por realizar a visita prévia no local da execução dos serviços deverão apresentar no momento o Atestado de Vistoria Prévia, conforme modelo que segue como Anexo I ao Termo de Referência, devidamente preenchido, em nome da empresa licitante, de que esta, por intermédio de seu representante, vistoriou as instalações onde serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do mesmo, que deverá ser assinado juntamente com o representante da Coordenação de Engenharia e Arquitetura.

7.1.6. As empresas licitantes que não optarem por realizar a visita deverão apresentar junto com a documentação de habilitação declaração de desistência de vistoria, conforme modelo que segue como Anexo I, devidamente assinado pelo responsável da proponente.

7.1.7.

7.1.8. apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprove que tenha executado serviços

7.2. Considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o proponente já prestou serviços de (adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais contidas no item 8 ao subitem 8.11.4) **no quantitativo total do serviço a ser contratado**, apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprove que tenha executado os serviços deste Termo de Referência, de acordo com o TCU, Acórdãos de Plenário nºs 1.284/2003, 2.068/2004, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.056/2008 e 11.213/2013.

- 7.3.

O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos da prestação dos serviços.
- 7.4.

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL
- 7.4.1.

Apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA e do Responsável Técnico, que indique a habilitação da licitante em exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da Unidade da Federação em que possui registro;
- 7.5.

Pede-se que somente sejam apresentados, para compor a qualificação, documentos que contenham as comprovações pedidas neste Termo de Referência.
- 7.5.1.

Declaração da licitante informando que cumpre o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação:

[...]

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.5%.

8.

DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

8.1.

Serviços Preliminares

- 8.1.1.

A Contratada deverá manter durante a execução dos trabalhos engenheiro, encarregado e tantos operários especializados e serventes quantos forem necessários para o perfeito cumprimento do cronograma dos serviços.
- 8.1.2.

O Responsável Técnico pela execução dos serviços deverá dar total assistência e acompanhamento a todas as etapas executivas, até a entrega em definitivo do objeto à Contratante.
- 8.1.3.

O Responsável Técnico deverá examinar e dar solução a todas as eventuais interferências locais de ordem técnica, sem ônus adicional de qualquer natureza para a Contratante, mantendo entendimento prévio com a FISCALIZAÇÃO sempre que necessário.
- 8.1.4.

Constitui motivo para desconto no faturamento (integral ou proporcional) a ausência dos profissionais da CONTRATADA que têm atribuições de natureza coordenativa dos serviços que não sejam efetivamente executados e que façam parte do objeto contratado.
- 8.1.5.

A Contratada deverá entregar à Contratante, no início da execução do serviço relação nominal completa do pessoal designado para prestação dos serviços.
- 8.1.6.

A Contratada deverá manter profissionais de segurança do trabalho *in loco*, conforme o caso.
- 8.1.7.

A Contratada deverá manter um encarregado geral (mestre de obras) em período integral no local de prestação do serviço, que dará suporte ao RT de execução dos serviços, profissional que assume a corresponsabilidade pela organização e fluidez de todos os serviços contratados a serem executados e entregues.

8.2.

Construções Provisórias

- 8.2.1.

Deverá ser fornecido e instalado pela Contratada barracão ou contêiner metálico para depósito de materiais, ferramentas e equipamentos da Contratada, em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO, bem como barracão ou contêiner para escritório, refeitório, almoxarifado e demais ambientes necessários à execução do objeto contratado.
- 8.2.2.

As instalações provisórias deverão ser dotadas de sanitários, lavatórios e refeitórios para os funcionários da Contratada. Os vestiários do Edifício Sede poderão ser disponibilizados.
- 8.2.3.

A guarda e vigilância do canteiro são de responsabilidade da Contratada.
- 8.2.4.

A Contratada deverá zelar pela manutenção e conservação do canteiro durante a execução até a conclusão das obras, garantindo o especial asseio das áreas de circulação.
- 8.2.5.

Deverá ser fornecido e instalado pela Contratada estrutura necessária para a execução dos serviços em altura.

8.3.

Proteção e Sinalização

- 8.3.1.

A Contratada deverá manter o canteiro de obras totalmente isolado, de acordo com as normas do Código de Edificações do Distrito Federal.
- 8.3.2.

A Contratada deverá providenciar o isolamento do canteiro/container.
- 8.3.3.

O isolamento auxiliar das áreas de execução dos serviços será feito por meio de tela tapume de PVC com altura de 1,20m e estrutura pontaletada.

8.4.

Comunicação visual

- 8.4.1.

Deverá ser fornecida e instalada pela Contratada uma placa de obra nos padrões fornecidos pela Contratante e em conformidade com as exigências da Administração Regional de Brasília.

8.5.

Resíduos

- 8.5.1.

É responsabilidade da Contratada: movimentar, carregar, descarregar e dar o destino final adequado aos resíduos gerados da execução dos serviços.
- 8.5.2.

Todos os entulhos e resíduos provenientes dos trabalhos desenvolvidos deverão ser temporariamente acondicionados em caçambas de aço, que poderão ser colocadas no estacionamento do Edifício Sede da SSPDF e em seguida transportados para o descarte apropriado em locais autorizados pela Administração Regional de Brasília e pelas entidades locais de preservação ambiental. Os contêineres de entulho deverão ficar em local protegido por tapume.

8.5.3.	Admite-se, também, o descarte do entulho em caminhão basculante. Neste caso, o horário de carga do entulho deverá ser definido previamente, junto à FISCALIZAÇÃO.
8.5.4.	Os materiais removidos deverão ser descartados como entulho, salvo quando houver orientação em contrário por parte da FISCALIZAÇÃO.
8.6.	Demolição, Remoção e Retirada
8.6.1.	Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento das demolições, remoções e retiradas de estruturas, paredes e revestimentos, a serem executadas no espaço físico de execução do serviço.
8.6.2.	Os eletrodutos e fiações de instalações fixados em paredes no local de execução dos serviços serão retirados e depositados em local a ser definido pela fiscalização em área contígua ao edifício sede da SSP/DF. Os pontos elétricos ainda ativos em tais dutos devem ser relocados em seu local original antes do término do serviço.
8.6.3.	Para a definição de demolições e remoções necessárias devem ser avaliados aspectos relevantes do estado físico dos revestimentos e substratos, considerando o grau de exposição de possíveis patologias. Os critérios para avaliação do estado físico das áreas de intervenção devem seguir as prescrições de normas técnicas.
8.6.4.	Somente as parcelas dos revestimentos comprometidas por patologias devem ser demolidas ou removidas, razão pela qual esse material não deve ser reaproveitado.
8.6.5.	Ao término dos serviços, a Contratada deverá realizar limpeza completa e ampla das diversas áreas de intervenção e onde forem executados serviços, removendo os entulhos e providenciando o seu descarte na forma prevista nestas especificações técnicas.
8.6.6.	As demolições, remoções e retiradas deverão ser realizadas de forma planejada e organizada de forma que não prejudiquem as atividades regulares dos funcionários da SSPDF.
8.6.7.	Os serviços em áreas internas do Edifício que causem ruídos, poeira ou odor excessivos deverão ser executados preferencialmente nos fins de semana, das 7h às 19h, salvo orientação em contrário da FISCALIZAÇÃO.
8.6.8.	Caso seja detectada pela Contratada alguma patologia na edificação onde está sendo executado o serviço, que tenha afetado elementos estruturais, a Contratada deverá informar a FISCALIZAÇÃO para a tomada de providências.
8.7.	Esquadrias
8.7.1.	As portas de acesso e da sala de gravação, a janela de policarbonato transparente e a janela já existente devem ser pintada com tinta esmalte sintético cor cinza claro.
8.8.	Revestimento de Piso
8.8.1.	Piso flutuante
8.8.1.1.	Instalar o material metálico da estrutura que dá suporte do piso flutuante, efetuando todo o alinhamento e nivelamento do piso, usando os ajustes de nivelamento;
8.8.1.2.	Encaixar os pisos na estrutura, com atenção ao alinhamento e encaixes, evitando deixar qualquer placa em falso.
8.8.2.	Piso vinílico
8.8.2.1.	Preparar o pavimento do piso flutuante para receber o piso vinílico e aplicá-lo de acordo com as orientações do fabricantes e normas técnicas vigentes;
8.8.2.2.	Demarcar no piso a espessura da parede de dry-wall, destacando a localização dos vãos de portas. Ressalta-se que as paredes de dry-wall que vão ficar paralelas as paredes com janelas, deverão ser construídas com cama da dupla, devendo deixar um espaço de 5cm entre as placas de dry-wall e a parede de alvenaria, para preenchimento com lã de rocha, visando o isolamento acústico. Por outro lado, as paredes de dry-wall que vão ficar perpendiculares às paredes com janelas, deverão ter somente uma camada de placas de dry-wall, mantendo o espaço de 5cm das paredes de alvenaria para preenchimento com lã de rocha;
8.9.	Paredes de dry-wall
8.9.1.	Fixar as guias no piso, com parafusos a cada 60 cm, no máximo. Nas junções em T ou em L, deixar entre as guias um intervalo para a passagem das placas de fechamento de uma das paredes. Fixar os montantes de partidas nas paredes laterais, com parafusos a cada 60 cm no máximo.
8.9.2.	Preparação para instalações elétricas: <ul style="list-style-type: none">• Executar a passagem dos eletrodutos para passagem da fiação que alimentará as tomadas e interruptores planejados na planta baixa;• Deixar os orifícios nas placas de dry-wall para instalação das tomadas, nos locais indicados na Planta Elétrica(43479791);• Instalar as caixas de tomada, fixando-as às placas de dry-wall e nos eletrodutos;• Passar a fiação e deixar as pontas próximas às caixas de tomada, com folgas;• Efetivar as ligações dos fios às tomadas/interruptores, lâmpadas e quadro de alimentação, montando os espelhos de tomadas/interruptores e quadro nas caixas fixadas anteriormente;• Para colocação de uma das faces das divisórias, observar a altura do pé-direito e a locação das caixas de passagem indicadas em projeto;• Parafusar as placas com espaçamentos de 30 cm, no máximo, dispondo no mínimo a 1 cm da borda da placa;
8.9.3.	Preparação para instalação do isolamento acústico: <ul style="list-style-type: none">• Preencher o interior das divisórias com lã de rocha, deixando os eletrodutos passados dentro do dry-wall, entre as unidades de lã de rocha e fixar os painéis ao fundo das placas já instaladas.• Observar o completo preenchimento de todos os vãos, ao redor dos eletrodutos, das caixas de passagem e junto aos batentes das portas e placa de policarbonato transparente, conforme indicado na planta arquitetônica.• Instalar as outras faces das divisórias com as mesmas recomendações acima;

- 8.9.4. Fixar os batentes às guias superior e inferior, pois eles serão recebidos pelos montantes. Fixar os batentes aos montantes em, ao menos, 3 pontos;
- 8.9.5. Instalar a travessa da bandeira da porta com uma guia previamente cortada e dobrada, fixada aos montantes laterais, com ao menos 2 parafusos;
- 8.9.6. Instalar a chapa de acrílico transparente em uma estrutura/moldura de aço galvanizada fixada às paredes de dry-wall sem deixar brechas e com uso peças emborrachadas nas interfaces entre paredes, moldura e acrílico, oferecendo uma vedação à passagem de som, oferecendo ainda um acabamento uniforme;
- 8.9.7. Tratar as juntas entre as placas para assegurar a continuidade mecânica entre as placas, como uma superfície única e sem fissuras;
- 8.9.8. Massear generosamente o rebaixo entre as placas (primeira camada de colagem da fita). Aplicar a fita centrada no eixo da junta. Comprimir a fita a fim de evitar a saída da massa. Recobrir com massa as fitas e as cabeças dos parafusos;
- 8.9.9. Após a secagem da primeira camada, recobrir a junta com a segunda camada de acabamento, com largura superior em, ao menos 5 cm, ao rebaixo;
- 8.9.10. Cantos internos: a massa deve ser aplicada sobre cada lado do ângulo, como uma junta plana. Dobrar a fita antes de aplicá-la. Comprimir e recobrir a fita com massa em cada lado do ângulo;
- 8.9.11. Instalar a estrutura de ferro galvanizado para encaixe do forro mineral;
- 8.9.12. Instalar/encaixar as placas de forro mineral, bem como as luminárias, passando simultaneamente a respectiva fiação com os eletrodutos necessários à passagem dos fios das instalações elétrica que fiquem sob o teto;
- 8.9.13. As portas serão fixadas rigidamente aos painéis de gesso, por cunhas e parafusos ou por aplicação de espuma expandida;
- 8.9.14. As furações das folhas de madeiras devem ser exatas às necessidades das fechaduras e dobradiças, sem folga ou “jogo”;
- 8.9.15. As portas devem ser enceradas e lustradas até apresentar aparência uniforme;
- 8.10. Acabamentos e Arremates
- 8.10.1. Emassar (se for necessário), Lixar e pintar as paredes internas de dry-wall, com tinta acrílica semibrilho, na cor branco gelo;
- 8.11. **Limpeza do local de execução do serviço:**
 - 8.11.1. Deverão ser devidamente removidos dos locais de trabalho todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios.
 - 8.11.2. Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho, deixando os locais completamente desimpedidos de todos os resíduos dos serviços, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.
 - 8.11.3. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas.
 - 8.11.4. Particular cuidado deverá ser aplicado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.

9. **RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. É de exclusiva responsabilidade da Contratada a responsabilidade pela execução dos serviços em sua totalidade, independentemente da presença da FISCALIZAÇÃO, nos termos da legislação aplicável, bem como, por quaisquer danos eventualmente decorrentes da realização dos trabalhos.

10. **COMUNICAÇÃO FORMAL**

10.1. A comunicação entre a FISCALIZAÇÃO e a Contratada será realizada por meio de correspondência formal e anotações ou registros no Livro de Ordem, nos termos da Resolução nº 1.024 de 21/08/2009 do CONFEA, o qual deverá ser fornecido pela Contratada destinado ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, tais como: pessoal da Contratada e Subcontratadas no canteiro, condições climáticas, desenvolvimento de etapas executivas do objeto contratado, modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e no plano de execução dos serviços, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e pela FISCALIZAÇÃO.

10.2. É facultado aos autores dos projetos efetuar anotações no Livro de Ordem, datando-as e assinando-as.

11. **DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E PRAZO DO CONTRATO**

11.1. O contrato para execução dos serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.2. O prazo de execução dos serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais será de até 75 (setenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços de obra.

11.3. O prazo para início do serviço será de 10(dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços.

11.4. Os serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais, objeto desta licitação, só se darão por concluídos após o término de todas as etapas especificadas neste Termo de Referência, entre elas a limpeza prevista nos subitens 8.11. a 8.11.4.

11.5. A SSPDF convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e no Edital.

11.6. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. No presente processo não será exigida garantia contratual, haja visto tratar-se de serviço comum, com data de entrega definida, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada etapa do serviço, conforme cronograma de execução e pagamento descrito no subitem 16.1 deste Termo de Referência, neste sentido informamos que as sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, serão suficientes para coibir possíveis rompimentos ao que foi pactuado.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. A Contratada deverá:

13.1.1. **Conformidade da execução**

13.1.2. Apresentar DECLARAÇÃO de indicação da equipe técnica que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços nas suas áreas de atuação, definindo nome, qualificação profissional, número de registro e natureza do vínculo com a licitante. A relação de profissionais deverá indicar a área de atuação de cada um, sendo que um profissional poderá ser indicado para mais de uma área de atuação, desde que seja habilitado para tal.

13.1.3. No momento da assinatura do contrato a empresa apresentará a comprovação do vínculo profissional com a empresa que poderá ser feita por meio do contrato social, se for sócio; por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social, se for empregado; ou, por meio de contrato de prestação de serviço, se for autônomo;

13.1.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII; 78, inciso I; 80, inciso III, e 87 da Lei nº 8.666/1993). (Decisão nº 6.118/2017 – TCDF e Parecer Jurídico SEI-GDF nº 18/2018 – PGDF/GAB/PRCON).

13.1.5. A Contratada deverá apresentar à fiscalização teste de qualidade de vedação do ambiente de estúdio de gravação, demonstrando que não a captação de ruídos externos dentro do ambiente de gravação, neste sentido será necessário fazer testes para comprovação da vedação. Caso não seja satisfatório a vedação dentro do estúdio a Contratada deverá realizar novos reparos até solucionar a captação de ruídos externos dentro de estúdio de gravação, sendo que o ônus de reparo será inteiramente da Contratada.

13.1.6. A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com os desenhos, especificações técnicas e demais elementos de projeto apresentados, além de manter conformidade com as normas técnicas pertinentes. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar à FISCALIZAÇÃO sobre qualquer eventual dúvida, falha ou omissão que for constatada.

13.1.7. É obrigação da Contratada a conferência in loco das medidas de projeto;

13.1.8. A Contratada deverá, em tempo hábil, quando couber, apresentar amostras dos materiais, produtos e pinturas a serem utilizadas e/ou substituídos na obra, para aprovação da comissão de FISCALIZAÇÃO;

13.1.9. Se a Contratada recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Contratada;

13.1.10. Será de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento dos materiais de consumo recomendados pelos fabricantes, necessários na execução dos serviços, a exemplo de: lixas, colas, arames, buchas, parafusos, arruelas, pregos, porcas, eletrodos, discos, pincéis, rolos, vernizes, rebites, materiais de limpeza, lubrificantes, silicone, espuma expansiva de poliuretano, dentre outros necessários para a completa execução do serviço;

13.2. **Segurança do trabalho**

13.2.1. Caberá à Contratada atender aos preceitos da Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, nos termos das normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

13.2.2. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene, as instalações nos locais de execução dos serviços, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

13.2.3. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais adequadamente, de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e cargas, não obstruir passagens e não impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

13.3. **Equipe de Trabalho**

13.3.1. Caberá à Contratada disponibilizar e manter uma equipe devidamente dimensionada, capacitada, treinada, habilitada e munida de todas as ferramentas, máquinas, aparelhos, ferramentas e instrumentos de medição apropriados, bem como equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), para a execução dos serviços com segurança, eficiência e dentro da melhor técnica existente.

13.3.2. A equipe de trabalho da Contratada deve ser identificada em lista fornecida à FISCALIZAÇÃO.

13.4. **Demais obrigações da Contratada**

13.4.1. Obter junto ao INSS o certificado de matrícula relativo ao objeto do contrato para possibilitar o licenciamento da execução da obra, nos termos do art. 220 do Decreto nº 3.048/1999;

13.4.2. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas, emolumentos e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços pela Contratante;

13.4.3. Responsabilizar-se pela realização de todos os levantamentos complementares que julgar necessários para o perfeito cumprimento das obrigações técnicas e legais a serem atendidas, bem como pela realização de pesquisas que visem à identificação de atualizações das normas técnicas e da legislação aplicável.

13.5. **DA OBRIGATORIEDADE DO USO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

13.5.1. Em atenção à Lei nº 4.770/2012 serão exigidos neste certame a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.

13.5.2. Em relação ao fabricante, ao produtor ou ao fornecedor, conforme art. 1º, inc. I, da Lei nº 4.770/2012; a Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:

13.5.2.1. A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável;

13.5.2.2. A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada;

13.5.2.3. A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica;

13.5.2.4. A utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental;

13.5.2.5. A logística reversa.

13.5.3.	Em relação ao fornecedor, conforme art. 2º, inc. I, da Lei nº 4.770/2012; a Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:
13.5.3.1.	A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública;
13.5.3.2.	A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.
13.5.4.	Conforme art. 8º, incisos I a V, da Lei nº 4.770/2012, a Contratada deverá comprovar que tem condições de adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, especialmente:
13.5.4.1.	Utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
13.5.4.2.	Adoção de medidas, equipamentos ou técnicas que:
a)	Reduzam o consumo de água e energia;
b)	Eliminem o desperdício de materiais e energia utilizados;
c)	Reduzam ou eliminem a emissão de ruídos;
13.5.5.	Fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
13.5.6.	Realização de treinamento interno de seus empregados, para redução da produção de resíduos e do consumo de energia elétrica e água, observadas as normas ambientais vigentes;
13.5.7.	Observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
14.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1.	Dirimir todas as dúvidas que se apresentem em relação ao serviços;
14.2.	Emitir Ordem de Serviço para o início da execução do serviço ou documento compatível, no prazo de 10 (dez) dias corridos;
14.3.	Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
14.4.	Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas;
14.5.	Efetuar os pagamentos após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos;
14.6.	Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas;
14.7.	Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização;
14.8.	Notificar a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, se for o caso;
14.9.	Nomear comissão de recebimento definitivo do objeto do contrato;
14.10.	Elaborar as atas provenientes de reuniões com a empresa contratada por intermédio do Gestor do contrato, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências tomadas.
15.	DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO
15.1.	O serviço deverá ser entregue conforme disposto neste item.
15.2.	Será recebido o serviço:
15.2.1.	Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
15.2.2.	Definitivamente, no prazo de 15 (quinze) dias, após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993;
15.2.3.	Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
15.2.4.	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
15.2.5.	Se a Contratada deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no Edital e neste Termo de Referência.
15.2.6.	A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.
16.	DO PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16.1.	Cronograma de execução e pagamento:

--	--	--	--	--	--

ETAPA	REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS	30 dias	60 dias	75 dias
1	PREPARAÇÃO DO PISO FLUTUANTE PARA RECEBIMENTO DO PISO VINÍLICO (COM ADESIVAGEM): PISO VINÍLICO EM PLACAS 30X30CM PARA APLICAÇÃO EM ASSOALHO HORIZONTAL, ESPESSURA 2,0MM, (referência fadamac, cor linha thru prata ou similar técnico), APLICAÇÃO COM COLA A BASE DE NEOPERENE (por meio de desempenadeira dentada. após aproximadamente 15 minutos, iniciar a aplicação das placas vinílicas). INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	R\$ 22.896,54		
	MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL DUPLAS COM REVESTIMENTO INTERNO DE LÃ DE ROCHA: PAREDES EM DRY WALL, COM DUPLA CAMADA DE PLACAS DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA 5MM, ESPAÇAMENTO ENTRE AS PLACAS DE 10CM E COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO, COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE AS CAMADAS. INSTALADAS, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
	MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL SIMPLES: PAREDES EM DRY WALL, COM CAMADA ÚNICA, COM PLACA DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA DE 5MM, COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE O DRY-WALL E A PAREDE DE ALVENARIA. INSTALADAS A 10CM DA PAREDE DE BLOCOS DE CONCRETO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
	INSTALAÇÃO DE PISO FLUTUANTE: PISO FLUTUANTE, LAMINADO DE ALTA DENSIDADE, FORMADO POR FIBRAS DE MADEIRAS AGLUTINADAS E COMPACTADAS ENTRE SI COM RESINA SINTÉTICA ATRAVÉS DA AÇÃO CONJUNTA DE PRESSÃO E CALOR EM PRENSA CONTÍNUA, HOMOGÊNEO, COMPOSTO POR RÉGUA INDIVIDUAIS, COM BORDAS FRESADAS, REVESTIDO NA PARTE SUPERIOR COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR CARVALHO, NA TONALIDADE E TEXTURA, COM BORDAS RETAS, ACABAMENTO EM TEXTURA LINHEIRA GARANTIDO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 7MM, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA A ABRASÃO (NÍVEL AC3). SISTEMA DE INSTALAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE CLICK, SEM A UTILIZAÇÃO DE COLA, COM PERFIL PARA ENCAIXE ANGULAR GARANTINDO FACILIDADE E PRATICIDADE NA MONTAGEM SEM ABERTURA DE FRESTAS, PROPORCIONANDO MELHOR DESEMPENHO NO ALINHAMENTO DAS RÉGUAS. MANTA RECICLADA EM POLIETILENO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO/SERVIÇO DE 02 ANOS DO FORNECEDOR/INSTALADOR, ALÉM DA GARANTIA OFERTADA PELO FABRICANTE DO MATERIAL. INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
2	INSTALAÇÃO DO FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS: FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE. GARANTIA DE 02 ANOS – INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.		R\$ 22.896,54	
	INSTALAÇÃO DE PORTAS: KIT PORTA/PORTAL PRONTOS DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA, 80 X 210 MM, E = 3,5 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ACABAMENTO EM LAMINADO PADRÃO FREIJÓ, INCLUSOS MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E PREPARAÇÃO PARA FECHADURA DE EMBUTIR. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.			
	INSTALAÇÃO A CHAPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE EM UMA ESTRUTURA/MOLDURA DE AÇO GALVANIZADA FIXADA ÀS PAREDES DE DRY-WALL: CHAPA DE ACRÍLICO: transparente com as seguintes medidas: 05mm 70 Cm X 70 Cm, com moldura de acabamento de aço galvanizada fixada no DRY WALL. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE ROCHA EM PAREDES DRYWALL: FELTRO EM Lã DE ROCHA, 1 FACE REVESTIDA COM PAPEL ALUMINIZADO, DENSIDADE = 32 KG/M³, E = 50 MM. INSTALADA, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			

	INSTALAÇÃO DA PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA: PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA, ESTRUTURA MICROCELULAR, SEMIRRÍGIDA, CUNHAS ANECÓICAS, DENSIDADE 11KG/M³, DIMENSÃO 625X625MM, ESPESSURA 35MM, COR CINZA, RESISTÊNCIA AO FOGO CLASSE II-A, ELEVADA PERFORMANCE ACÚSTICA (marca referência OWA Brasil, linha SONEX ILITEC PERFILADO, similar ou equivalente). INSTALADA NAS PAREDES INTERNAS DA SALA DE GRAVAÇÃO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
3	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS, CAIXAS DE PAREDES, TOMADAS, INTERRUPTORES, LÂMPADAS E QUADROS DE ENERGIA:			
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC 4X2.			R\$ 30.528,71
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC octogonal 3X3"			
	KIT COM ARRUELA, BUCHA E PARAFUSO: Deverá conter: 4 Arruelas de pressão galvan. 1/4", 4 buchas de nylon S6 e 4 Parafusos fenda galvan. cab. Panela 4,8x45mm autoatarrachante.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Amarelo.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Branco.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Branco.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - verde-amarelo.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - vermelho.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Preto.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - verde-amarelo.			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido , Interruptor simples - 1 tecla Placa 2x4".			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido, Interruptor simples - 2 teclas Placa 2x4".			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" com furo.			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" para uma função.			
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A s/ placa.			
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 20A s/ placa.			
	DISJUNTOR TRIPOLAR: Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.			
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.			
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 25 A - 10 Ka.			
	ELETRODUTO: Eletroduto PVC flexível, leve, 3/4.			
	LUMINÁRIA: Luminária Led Sobrepor, Ref. Ledvance Slim Plafon.			

	QUADRO DISTRIBUIÇÃO: Quadro distribuição, plástico sobrepor com barramento trifásico - DIN (Ref. Hager) com 8 disjuntores unipolar - pente 100A.			
	INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.			
	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: TINTA ACRÍLICA: Tinta acrílica branco gelo (18 litros).			
	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: - MASSA CORRIDA: Massa corrida PVA (18 litros) - LIXA: Lixa para parede nº 120. - LIXA: Lixa para parede nº 50.			
TOTAL DO SERVIÇO A SER PAGO:				R\$ 76.321,79

16.2. O pagamento será realizado conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela empresa contratada **em nome do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal, CNPJ 33.158.099/0001-33**, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

16.3. Para efeito de pagamento, somente poderão ser considerados o material fornecido e os serviços efetivamente executados pela Contratada aqueles devidamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressas e previamente aprovadas pela Contratante.

16.4. As notas fiscais/faturas somente deverão ser emitidas após a liberação formal da FISCALIZAÇÃO, com a ciência e concordância do Responsável Técnico da Contratada e atendimento às demais regras do contrato.

16.5. Há previsão orçamentária para realização da despesa para o objeto do presente termo de referência, os quais correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SSP do Distrito Federal.

16.6. A Coordenação de Orçamento, Finanças e Fundos da Subsecretaria de Administração Geral indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária das despesas decorrentes.

16.7. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF:

16.7.1. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União e créditos tributários relativos, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portaria Conjunta RFB-PGFN nº 1.751/2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB-PGFN nº 3.193/2017;

16.7.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990);

16.7.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.8. A Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

16.9. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da contratante, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças,

16.9.1. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

16.9.2. O atraso do pagamento, em virtude de penalidade e/ou inadimplência da Contratada, não gerará direito de reajuste de preços ou de correção monetária.

16.9.3. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

16.9.3.1. Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.9.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a Contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86, da Lei nº 8.666/1993.

16.9.4. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, de 18/02/2011.

A regra definida no Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, não se aplica:

I) Aos pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

II) Aos pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; e

III) Aos pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado. (Art. 6º c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 32.767/2011).

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1. O Executor e/ou Comissão designada do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.2. O executor e/ou comissão executora, durante seu mister, deve agir de forma pró-ativa e preventiva, observar o cumprimento pela contratada das regras previstas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados no ajuste e trazer benefícios e economia para esta Secretaria, devendo cumprir integralmente a Portaria nº 119-SSP, que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela SSP.

17.3. O executor ou comissão de execução do contrato deverá informar à Autoridade Máxima do setor requisitante do contrato, com antecedência mínima de 12 meses do término do prazo previsto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, quando se tratar de prestação de serviços contínuo.

17.4. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio do executor do contrato especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

17.4.1. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

17.4.2. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

17.4.3. Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

17.5. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa deverá observar, ainda, as seguintes diretrizes:

17.5.1. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

18. DAS PENALIDADES

18.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no art. 49 da Lei nº 10.024/2019, e no Edital.

19. ANEXOS

19.1. Anexo - I Declaração de Vistoria ou Renúncia.

19.2. Anexo - II Desenhos Técnicos (Plantas).

19.3. Anexo - III Modelo de Planilha de Formação de Preços.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. Eventuais esclarecimentos a respeito do serviço poderá ser solicitados na Coordenação de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, situada no SAM, Conjunto “A”, Bloco “A” – Edifício Sede da SSP/DF, CEP: 70.620-000, Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 - Telefone: (61) 3441 8815.

À Vossa apreciação com a informação que o presente Termo de Referência foi elaborado e ajustado para atender a legislação vigente.

ADELMO JERÔNIMO SILVA Matrícula: 1.691.693-X	LAIO ALENCAR SANTOS PACHECO Matrícula: 1.684.278-2
SOLANGE DE CARVALHO LUSTOSA, Matrícula: 1.694.422-4	LINDOMAR DOS REIS PEREIRA

	Matrícula: 1.682.859-3
LEUTON RODRIGUES DA SILVA Coordenação de Planejamento de Aquisições e Contratações - Interino	

ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RECUSA

(ATESTADO DE VISITA TÉCNICA)

(Apresentar devidamente preenchido, no momento da visita)

Nome da empresa: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ E-mail: _____

Declaro que:

() vistoriei minuciosamente

() abri mão de vistoriar

os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação nº _____/2021, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial. Ou optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Brasília. ____ de _____ de 2021.

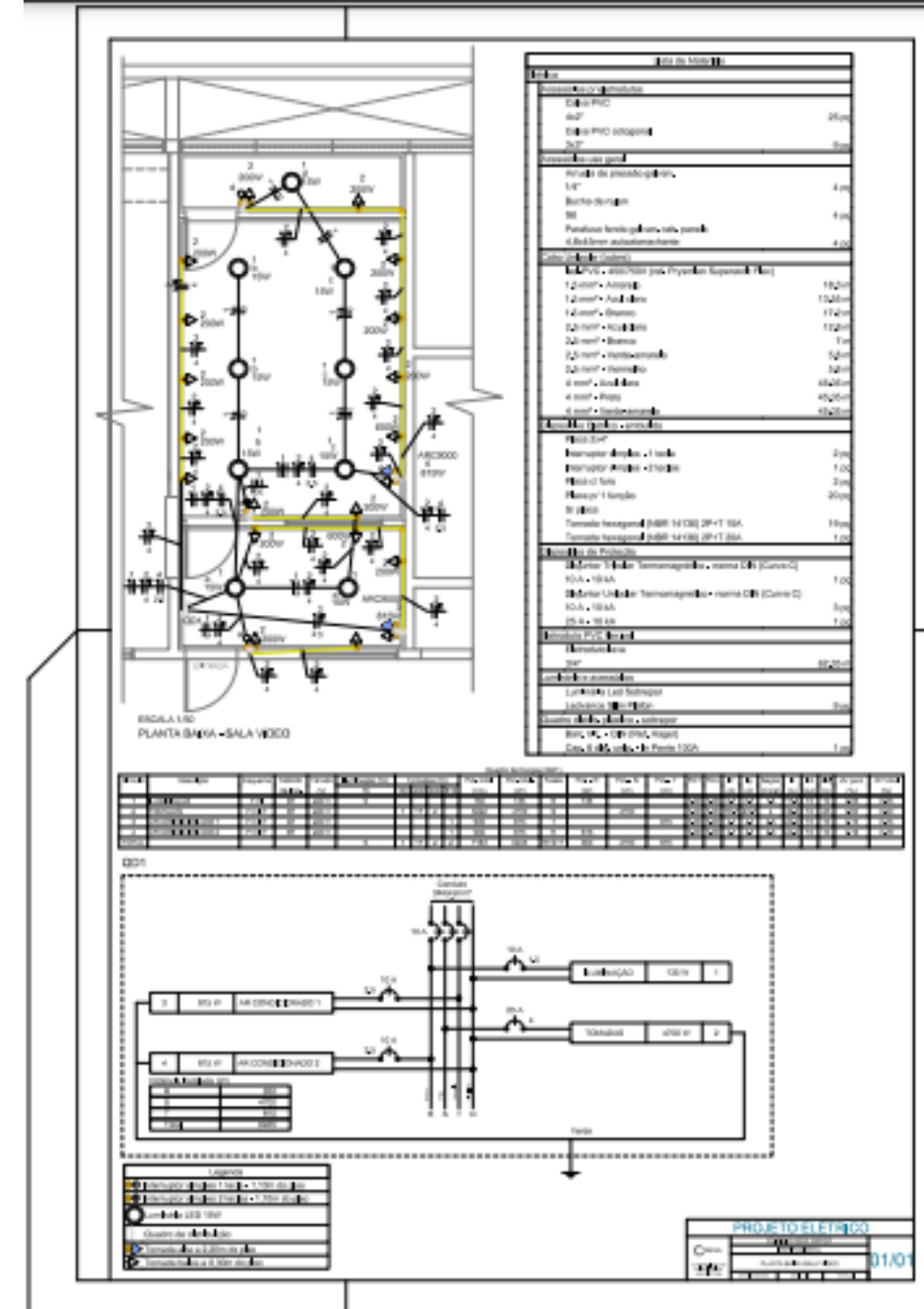
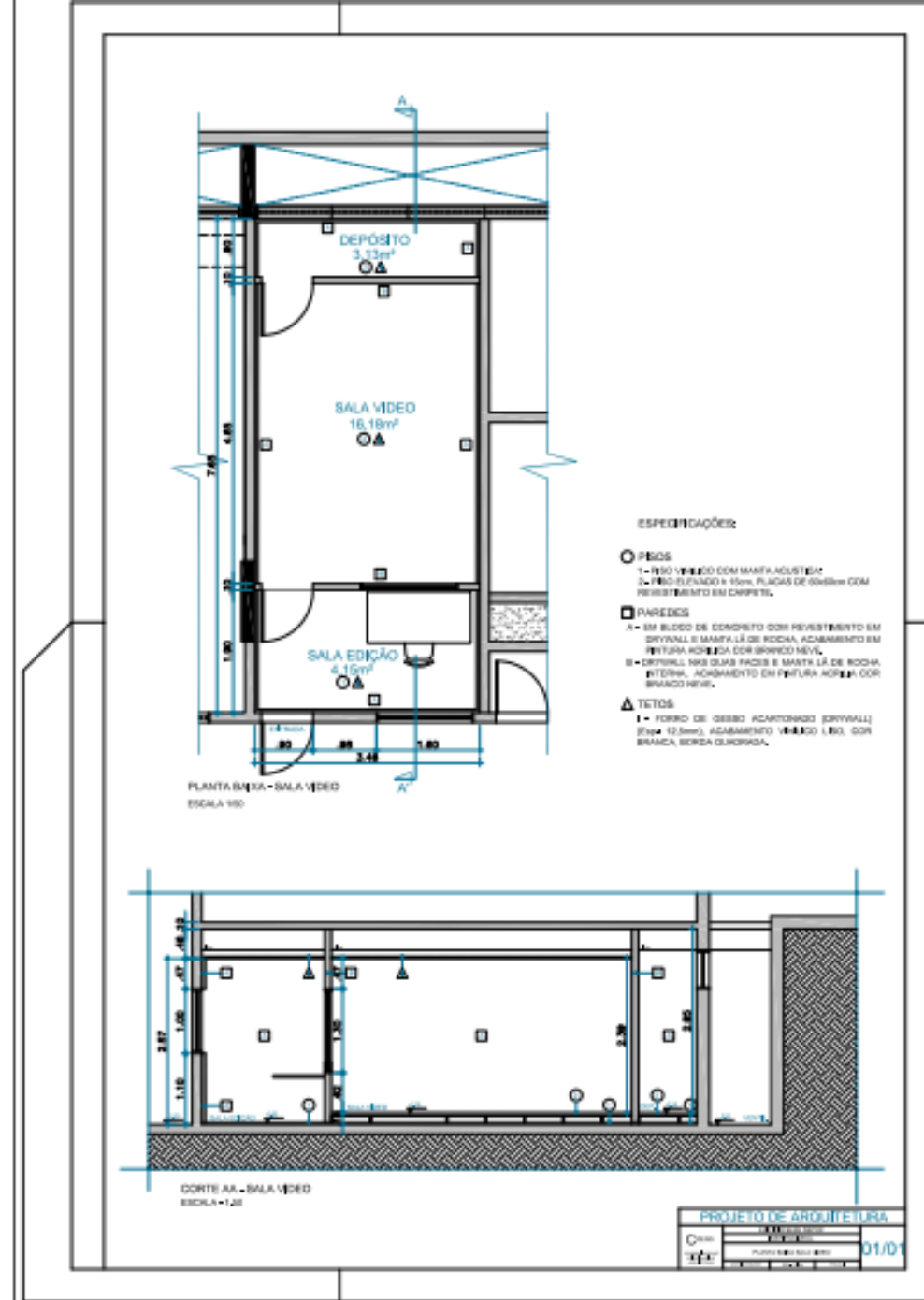
Visto do representante legal ou procurador da empresa:

Carteira de identidade: _____ Órgão Expedidor: _____

ANEXO II AO TERMO DE REFERÊNCIA

DESENHOS TÉCNICOS

1. Os desenhos técnicos apresentados abaixo são plantas do local, conforme documentos "Planta (42631455)", "Planta Arquitetônica Atualizada - 13/07/2020 (43478896)" e "Planta Elétrica (43479791)".



ANEXO III AO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS

TEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA ACEITÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	INTERVALO MONETÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais.	Serviço	1	R\$	R\$
	As descrições para execução dos serviços estão contidas nos item 6 ao 6.10.6 neste Termo de Referência.				
TOTAL ESTIMADO PARA O SERVIÇO:					R\$

PESQUISA DE PREÇOS/CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS, REFERENTE AO ITEM 1					
ITEM	Especificação Mínima Aceitável	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	<p>PREPARAÇÃO DO PISO FLUTUANTE PARA RECEBIMENTO DO PISO VINÍLICO (COM ADESIVAGEM):</p> <p>PISO VINÍLICO EM PLACAS 30X30CM PARA APLICAÇÃO EM ASSOALHO HORIZONTAL, ESPESSURA 2,0MM, (referência fadamac, cor linha thru prata ou similar técnico), APLICAÇÃO COM COLA A BASE DE NEOPERENE (por meio de desempenadeira dentada. após aproximadamente 15 minutos, iniciar a aplicação das placas vinílicas). INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	M2	26,63	R\$	R\$
2	<p>MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL DUPLAS COM REVESTIMENTO INTERNO DE LÃ DE ROCHA: PAREDES EM DRY WALL, COM DUPLA CAMADA DE PLACAS DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA 5MM, ESPAÇAMENTO ENTRE AS PLACAS DE 10CM E COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO, COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE AS CAMADAS. INSTALADAS, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	m²	15,93	R\$	R\$
3	<p>MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL SIMPLES:</p> <p>PAREDES EM DRY WALL, COM CAMADA ÚNICA, COM PLACA DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA DE 5MM, COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE O DRY-WALL E A PAREDE DE ALVENARIA. INSTALADAS A 10CM DA PAREDE DE BLOCOS DE CONCRETO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	m²	109,90	R\$	R\$
4	<p>INSTALAÇÃO DE PISO FLUTUANTE:</p> <p>PISO FLUTUANTE, LAMINADO DE ALTA DENSIDADE, FORMADO POR FIBRAS DE MADEIRAS AGLUTINADAS E COMPACTADAS ENTRE SI COM RESINA SINTÉTICA ATRAVÉS DA AÇÃO CONJUNTA DE PRESSÃO E CALOR EM PRENSA CONTÍNUA, HOMOGÊNEO, COMPOSTO POR RÉGUA INDIVIDUAIS, COM BORDAS FRESADAS, REVESTIDO NA PARTE SUPERIOR COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR CARVALHO, NA TONALIDADE E TEXTURA, COM BORDAS RETAS, ACABAMENTO EM TEXTURA LINHEIRA GARANTIDO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 7MM, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA A ABRASÃO (NÍVEL AC3). SISTEMA DE INSTALAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE CLICK, SEM A UTILIZAÇÃO DE COLA, COM PERFIL PARA ENCAIXE ANGULAR GARANTINDO FACILIDADE E PRATICIDADE NA MONTAGEM SEM ABERTURA DE FRESTAS, PROPORCIONANDO MELHOR DESEMPENHO NO ALINHAMENTO DAS RÉGUAS. MANTA RECICLADA EM POLIETILENO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO/SERVIÇO DE 02 ANOS DO FORNECEDOR/INSTALADOR, ALÉM DA GARANTIA OFERTADA PELO FABRICANTE DO MATERIAL. INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	m²	19,66	R\$	R\$
5	<p>INSTALAÇÃO DO FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS:</p> <p>FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE. GARANTIA DE 02 ANOS – INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	m²	26,63	R\$	R\$
6	<p>INSTALAÇÃO DE PORTAS:</p> <p>KIT PORTA/PORTAL PRONTOS DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA, 80 X 210 MM, E = 3,5 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ACABAMENTO EM LAMINADO PADRÃO FREIJÓ, INCLUSOS MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E PREPARAÇÃO PARA FECHADURA DE EMBUTIR. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA</p>	kit	2	R\$	R\$

	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.				
7	INSTALAÇÃO A CHAPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE EM UMA ESTRUTURA/MOLDURA DE AÇO GALVANIZADA FIXADA ÀS PAREDES DE DRY-WALL: CHAPA DE ACRÍLICO: transparente com as seguintes medidas: 05mm 70 Cm X 70 Cm, com moldura de acabamento de aço galvanizada fixada no DRY WALL. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	1,8	R\$	R\$
8	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE ROCHA EM PAREDES DRYWALL: FELTRO EM Lã DE ROCHA, 1 FACE REVESTIDA COM PAPEL ALUMINIZADO, DENSIDADE = 32 KG/M³, E = 50 MM. INSTALADA, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	65,56	R\$	R\$
9	INSTALAÇÃO DA PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA: PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA, ESTRUTURA MICROCELULAR, SEMIRRÍGIDA, CUNHAS ANECÓICAS, DENSIDADE 11KG/M³, DIMENSÃO 625X625MM, ESPESSURA 35MM, COR CINZA, RESISTÊNCIA AO FOGO CLASSE II-A, ELEVADA PERFORMANCE ACÚSTICA (marca referência OWA Brasil, linha SONEX ILITEC PERFILADO, similar ou equivalente). INSTALADA NAS PAREDES INTERNAS DA SALA DE GRAVAÇÃO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	m²	45	R\$	R\$
10	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS, CAIXAS DE PAREDES, TOMADAS, INTERRUPTORES, LÂMPADAS E QUADROS DE ENERGIA:				
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC 4X2.	UND	25	R\$	R\$
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC octogonal 3X3"	UND	9		
	KIT COM ARRUELA, BUCHA E PARAFUSO: Deverá conter: 4 Arruelas de pressão galvan. 1/4", 4 buchas de nylon S6 e 4 Parafusos fenda galvan. cab. Panela 4,8x45mm autoatarrachante.	KIT	1		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Amarelo.	M²	19		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Azul claro.	M²	14		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Branco.	M²	18		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Azul claro.	M²	13		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Branco.	M²	7		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - verde-amarelo.	M²	6		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - vermelho.	M²	6		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Azul claro.	M²	46		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Preto.	M²	46		
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4	M²	46		

	mm² - verde-amarelo.				
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido , Interruptor simples - 1 tecla Placa 2x4".	UND	2		
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido, Interruptor simples - 2 teclas Placa 2x4".	UND	1		
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" com furo.	UND	2		
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" para uma função.	UND	20		
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A s/ placa.	UND	19		
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 20A s/ placa.	UND	1		
	DISJUNTOR TRIPOLAR: Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.	UND	1		
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.	UND	3		
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 25 A - 10 Ka.	UND	1		
	ELETRODUTO: Eletroduto PVC flexível, leve, 3/4.	UND	63		
	LUMINÁRIA: Luminária Led Sobrepor, Ref. Ledvance Slim Plafon.	UND	9		
	QUADRO DISTRIBUIÇÃO: Quadro distribuição, plástico sobrepor com barramento trifásico - DIN (Ref. Hager) com 8 disjuntores unipolar - pente 100A.	UND	1		
11	INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.	UND	2	R\$	R\$
12	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: TINTA ACRÍLICA: Tinta acrílica branco gelo (18 litros).	M²	109,90	R\$	R\$
13	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: - Massa Corrida: Massa corrida PVA (18 litros) - Lixa: Lixa para parede nº 120. - Lixa: Lixa para parede nº 50.	M²	109,90	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO⇒					R\$

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO:

ETAPA	REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS	30 dias	60 dias	75 dias
1	PREPARAÇÃO DO PISO FLUTUANTE PARA RECEBIMENTO DO PISO VINÍLICO (COM ADESIVAGEM): PISO VINÍLICO EM PLACAS 30X30CM PARA APLICAÇÃO EM ASSOALHO HORIZONTAL, ESPESSURA 2,0MM, (referência fadamac, cor linha thru prata ou similar técnico), APLICAÇÃO COM COLA A BASE DE NEOPERENE (por meio de desempenadeira dentada. após aproximadamente 15 minutos, iniciar	R\$		

	<p>a aplicação das placas vinílicas). INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL DUPLAS COM REVESTIMENTO INTERNO DE LÃ DE ROCHA: PAREDES EM DRY WALL, COM DUPLA CAMADA DE PLACAS DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA 5MM, ESPAÇAMENTO ENTRE AS PLACAS DE 10CM E COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO, COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE AS CAMADAS. INSTALADAS, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>MONTAGEM DAS PAREDES DE DRY-WALL SIMPLES:</p> <p>PAREDES EM DRY WALL, COM CAMADA ÚNICA, COM PLACA DE GESSO ACARTONADO DE ESPESSURA DE 5MM, COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E ISOLAMENTO ACÚSTICO COM LÃ DE ROCHA, PREENCHENDO DO TODO O ESPAÇO ENTRE O DRY-WALL E A PAREDE DE ALVENARIA. INSTALADAS A 10CM DA PAREDE DE BLOCOS DE CONCRETO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>INSTALAÇÃO DE PISO FLUTUANTE:</p> <p>PISO FLUTUANTE, LAMINADO DE ALTA DENSIDADE, FORMADO POR FIBRAS DE MADEIRAS AGLUTINADAS E COMPACTADAS ENTRE SI COM RESINA SINTÉTICA ATRAVÉS DA AÇÃO CONJUNTA DE PRESSÃO E CALOR EM PRENSA CONTÍNUA, HOMOGÊNEO, COMPOSTO POR RÉGUA INDIVIDUAIS, COM BORDAS FRESADAS, REVESTIDO NA PARTE SUPERIOR COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR CARVALHO, NA TONALIDADE E TEXTURA, COM BORDAS RETAS, ACABAMENTO EM TEXTURA LINHEIRA GARANTIDO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 7MM, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA A ABRASÃO (NÍVEL AC3). SISTEMA DE INSTALAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE CLICK, SEM A UTILIZAÇÃO DE COLA, COM PERFIL PARA ENCAIXE ANGULAR GARANTINDO FACILIDADE E PRATICIDADE NA MONTAGEM SEM ABERTURA DE FRESTAS, PROPORCIONANDO MELHOR DESEMPENHO NO ALINHAMENTO DAS RÉGUAS. MANTA RECICLADA EM POLIETILENO. GARANTIA DE INSTALAÇÃO/SERVIÇO DE 02 ANOS DO FORNECEDOR/INSTALADOR, ALÉM DA GARANTIA OFERTADA PELO FABRICANTE DO MATERIAL. INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>			
2	<p>INSTALAÇÃO DO FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS:</p> <p>FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE. GARANTIA DE 02 ANOS – INSTALADO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>INSTALAÇÃO DE PORTAS:</p> <p>KIT PORTA/PORTAL PRONTOS DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA, 80 X 210 MM, E = 3,5 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ACABAMENTO EM LAMINADO PADRÃO FREIJÓ, INCLUSOS MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E PREPARAÇÃO PARA FECHADURA DE EMBUTIR. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.</p> <p>INSTALAÇÃO A CHAPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE EM UMA ESTRUTURA/MOLDURA DE AÇO GALVANIZADA FIXADA ÀS PAREDES DE DRY-WALL:</p> <p>CHAPA DE ACRÍLICO: transparente com as seguintes medidas: 05mm 70 Cm X 70 Cm, com moldura de acabamento de aço galvanizada fixada no DRY WALL. INSTALADA, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE ROCHA EM PAREDES DRYWALL:</p> <p>FELTRO EM Lã DE ROCHA, 1 FACE REVESTIDA COM PAPEL ALUMINIZADO, DENSIDADE = 32 KG/M³, E = 50 MM. INSTALADA, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA</p>		R\$	

	DA CONTRATADA.			
	INSTALAÇÃO DA PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA: PLACA ACÚSTICA DE MELAMINA EXPANDIDA, ESTRUTURA MICROCELULAR, SEMIRRÍGIDA, CUNHAS ANECÓICAS, DENSIDADE 11KG/M³, DIMENSÃO 625X625MM, ESPESSURA 35MM, COR CINZA, RESISTÊNCIA AO FOGO CLASSE II-A, ELEVADA PERFORMANCE ACÚSTICA (marca referência OWA Brasil, linha SONEX ILITEC PERFILADO, similar ou equivalente). INSTALADA NAS PAREDES INTERNAS DA SALA DE GRAVAÇÃO, COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À CORRETA INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.			
3	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS, CAIXAS DE PAREDES, TOMADAS, INTERRUPTORES, LÂMPADAS E QUADROS DE ENERGIA:			
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC 4X2.			R\$
	CAIXA DE PVC: Caixa PVC octogonal 3X3"			
	KIT COM ARRUELA, BUCHA E PARAFUSO: Deverá conter: 4 Arruelas de pressão galvan. 1/4", 4 buchas de nylon S6 e 4 Parafusos fenda galvan. cab. Panela 4,8x45mm autoatarrachante.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Amarelo.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 1.5 mm² - Branco.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - Branco.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - verde-amarelo.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 2.5 mm² - vermelho.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Azul claro.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - Preto.			
	CABO UNIPOLAR: Cabo Unipolar (cobre), Isol.PVC - 450/750V (ref. Prysmian Superastic Flex), 4 mm² - verde-amarelo.			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido , Interruptor simples - 1 tecla Placa 2x4".			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido, Interruptor simples - 2 teclas Placa 2x4".			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" com furo.			
	DISPOSITIVO ELÉTRICO: Dispositivo Elétrico - embutido - Placa 2x4" para uma função.			
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 10A s/ placa.			
	TOMADA HEXAGONAL: Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+T 20A s/ placa.			

	DISJUNTOR TRIPOLAR: Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.			
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 10 A - 10 kA.			
	DISJUNTOR UNIPOLAR: Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C) 25 A - 10 Ka.			
	ELETRODUTO: Eletroduto PVC flexível, leve, 3/4.			
	LUMINÁRIA: Luminária Led Sobrepor, Ref. Ledvance Slim Plafon.			
	QUADRO DISTRIBUIÇÃO: Quadro distribuição, plástico sobrepor com barramento trifásico - DIN (Ref. Hager) com 8 disjuntores unipolar - pente 100A.			
	INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES, MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA EM METAL CROMADO, SEGURANÇA MÉDIA, COMPLETA.			
	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: TINTA ACRÍLICA: Tinta acrílica branco gelo (18 litros).			
	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS: - MASSA CORRIDA: Massa corrida PVA (18 litros) - LIXA: Lixa para parede nº 120. - LIXA: Lixa para parede nº 50.			
TOTAL DO SERVIÇO A SER PAGO:				R\$

ANEXO II AO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012 (SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL)

(OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

Ref.: PREGÃO Nº ____/20__ - SSPDF

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA QUE** receberá, sem nenhum custo para a CONTRATANTE, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela Administração Pública, provenientes do objeto do Pregão nº ____/20__ – SSPDF; que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos e que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

OBSERVAÇÃO: A comprovação dos critérios de que trata esta declaração, quando couber, pode ser feita por meio de apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido ou o serviço prestado cumpre com as exigências deste Edital.

ANEXO III AO EDITAL
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019
(Portaria nº 356/2019-CGDF)

ÓRGÃO: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
PROCESSO:
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico
NÚMERO DA LICITAÇÃO:
LICITANTE:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL:
REPRESENTANTE LEGAL:
CPF:

A pessoa jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ____ de _____ de ____

Assinatura

ANEXO IV AO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidora de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O Distrito Federal, por meio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal**, doravante denominada **SSPDF**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.718/0001-00, representado neste instrumento pelo Secretário de Estado de Segurança Pública _____, portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, com a delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010) e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____._____._____/_____-_____, com sede na _____, CIDADE-UF, Tel.: (____) ____-____ e (____) ____-____, representado por _____, portador(a) do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____._____._____-_____, na qualidade de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (LINK SEI), da Proposta (LINK SEI), da Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado no DF pelo Decreto distrital nº 40.205/2019 _____ e da Lei n.º 8.666/1993 e alterações subsequentes, além de outras normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adaptação/adequação em ambiente, para a implantação de Estúdio de Gravação de produções de audiovisuais, para Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (LINK SEI) e da Proposta (LINK SEI), que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de R\$ _____ (_____), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2. Os preços relativos ao futuro Contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: _____.

II – Programa de Trabalho: _____.

III – Natureza da Despesa: _____.

IV – Fonte de Recursos: _____.

6.2. O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em ____/____/_____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (_____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

- 7.1.1.** A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 7.1.2.** As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item 7.1.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).
- 7.2.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 33.158.099/0001-03
- 7.3.** Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- 7.3.1.** Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.3.2.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/1990);
- 7.3.3.** Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- 7.3.4.** Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.
- 7.4.** Os pagamentos, pela SSPDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:
- 7.4.1.** Os pagamentos à empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- 7.4.2.** Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- 7.4.3.** Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 7.5.** Passados __ (_____) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 7.6.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 8.1.** O Contrato terá vigência de 150(cento e cinquenta) dias, a partir da data de sua assinatura, **(permitida a sua prorrogação na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 OU na forma do art. 57, IV da Lei nº 8.666/1993)**.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1.** Não será exigida a garantia de Contrato, visto a natureza do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

- 10.1.** O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1.** A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, sem prejuízo do estabelecido no Termo de Referência:
- 11.1.1.** até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 11.1.2.** comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 11.2.** Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- 11.3.** A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

ATENTAR PARA A QUESTÃO DA REPACTUAÇÃO DA MÃO DE OBRA E REAJUSTE DOS INSUMOS, SE FOR O CASO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 33.158.099/0001-03 designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. Os Contratos e seus aditamentos serão lavrados na Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios da SSPDF, a qual manterá arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem, nos termos do art. 60, *caput*, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

1. para a Licitante e/ou Contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocadadentro do prazo de validade de sua proposta,não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a Licitante e/ou Contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
2. para as Licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e
- II - pelo ordenador de despesas do órgão Contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4ºA multa é a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo ordenador de despesas do órgão Contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão Contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação Contratada;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do Contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou Contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade Contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do *caput* deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do *caput* deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão Contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação Contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do Contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da Licitante e/ou Contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a Licitante e/ou Contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a Licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a Licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a Licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e

II - o ordenador de despesas do órgão Contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As Licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto.

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos Contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

~~§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.~~ **REVOGADO**

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - *e-Compras*, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV
DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único.As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V
DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a Licitante e/ou Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os Contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

Art. 13. As sanções previstas nos artigos 3º, 4º e 5º do presente Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão Contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o Contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 15.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16.Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília

PUBLICADO NO DODF Nº 103, DE 31 DE MAIO DE 2006 .

ALTERADO PELOS DECRETOS NºS:

- 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006, PUBLICADO NO DODF DE 13 DE JULHO DE 2006, P.2.

- 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006, PULICADO NO DODF DE 15 DE AGOSTO DE 2006, P. 1, 2.
- 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014, PUBLICADO NO DODF DE 22 DE SETEMBRO DE 2014, P. 6.
- 36.974, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, PUBLICADO NO DODF DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015, P. 7.

DECRETO Nº 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006
DODF DE 13.07.2006

Introduz alterações no Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que “Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências” (1ª alteração).

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, fica alterado como segue:

I – o caput do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

II – o inciso II do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.”;

III – o caput, o inciso V e o § 2º do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

.....

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

.....

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.”;

IV – o caput, o inciso II, a alínea c do inciso IV, o inciso II do § 1º e o § 2º do art. 5º, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

.....

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

.....

IV -

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

.....”;

V – o § 1º do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

.....”

VI – fica revogado o inciso III do art. 7º;

VII – o § 2º do art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação, sendo acrescentado o seguinte § 3º, renumerando-se os demais:

“Art. 9º

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-seá o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

.....”;

VIII – os atuais arts. 13 e 14 ficam renumerados para 14 e 15, ficando inserido o art. 13 com a seguinte redação:

“Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 2006

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

DECRETO Nº 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006

DODF DE 15.08.2006

Altera o Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências (2ª Alteração).

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII, art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital no 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, fica alterado como segue:

I – o art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.”

II – o art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação “Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

.....

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”

III – o art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

.....”

IV – o art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

.....

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

.....

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

.....

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

.....”

V – o art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

.....”

VI – o art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

VII – fica acrescido o parágrafo único ao do art. 7º:

“.....

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.”

VIII – o art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

.....”

IX – o art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

.....

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

X – o art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.”

XI – fica acrescentado o art. 14 com a seguinte redação:

“Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

II – ficam reenumerados os artigos 14 e 15, do Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006, para 15 e 16, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especial o § 3º, do art. 9º, do Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 14 de agosto de 2006

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

DECRETO Nº 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DODF de 22/09/2014

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e V do art. 4º, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;”

“II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;”

“V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos I, II e V, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 19 de setembro de 2014.

126º da República e 55º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

DECRETO Nº 36.974, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DODF de 4/12/2015

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2015.

128 da República e 56 de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG



Documento assinado eletronicamente por **CELSO WAGNER LIMA - Matr.1697892-7, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 25/10/2021, às 15:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **72432297** código CRC= **F308B5A2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF